

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE DIREITO**

**CAROLINE SIGNOR**

**HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA ADVOCACIA PÚBLICA: ESTUDO  
COMPARATIVO DO DESTINO DA VERBA NO ÂMBITO DA ADVOCACIA-GERAL  
DA UNIÃO E DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA  
ISONOMIA**

**CRICIÚMA-SC**

**2019**

**CAROLINE SIGNOR**

**HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA ADVOCACIA PÚBLICA: ESTUDO  
COMPARATIVO DO DESTINO DA VERBA NO ÂMBITO DA ADVOCACIA-GERAL  
DA UNIÃO E DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA  
ISONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de Bacharel no curso de  
Direito da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (a) Ma. Adriane Bandeira  
Rodrigues.

**CRICIÚMA-SC**

**2019**

**CAROLINE SIGNOR**

**HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA ADVOCACIA PÚBLICA: ESTUDO  
COMPARATIVO DO DESTINO DA VERBA NO ÂMBITO DA ADVOCACIA-GERAL  
DA UNIÃO E DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA  
ISONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de Bacharel, no Curso de Direito da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC, com Linha de Pesquisa em Direito  
Processual Civil.

Criciúma,                      de                      de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Adriane Bandeira Rodrigues - Mestra (UNESC) - Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Gabriele Dutra Ongaratto - Mestra (UNESC)

Prof.<sup>a</sup> Renise Terezinha Mellilo Zaniboni – Especialista (UNESC)

**Ao Salvador e à minha família: a razão de  
tudo.**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, o agradecimento vai à Ele, autor e consumidor da minha fé. Quem dá a vida, estabelece-a e dá propósito e sentido. Quem capacita e possibilita todas as realizações. Agradeço à minha família, que nunca mediu esforços para que eu pudesse estudar e seguir meus objetivos de vida. Aos meus amigos, sempre dispostos, compreensivos e parceiros. Às instituições e aos brilhantes profissionais com os quais tive a honra de estagiar, que mostraram que o Direito não é em todo justo, mas que podemos nos esforçar para que chegue o mais próximo possível da ideia de justiça. À minha orientadora, que me auxiliou e conduziu na elaboração deste trabalho, com dedicação e amor ao que faz. Aos queridos professores que contribuíram para a construção do conhecimento e que instigaram o desejo de ser sempre melhor.

**“A primeira igualdade é a justiça.”**

**Victor Hugo**

## RESUMO

A presente pesquisa possui como objetivo estudar acerca dos diferentes tratamentos e destinações dos honorários advocatícios sucumbenciais dentro de dois órgãos federais de prestação de serviço jurídico, quais sejam, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União. Os honorários advocatícios sucumbenciais são direito do advogado da parte vencedora pagos pela parte sucumbente nos pedidos e são considerados verba de natureza alimentar, pertencendo ao advogado. Todavia, percebe-se que, em razão da natureza da atividade exercida pelos advogados públicos, qual seja, atuar nos interesses de pessoa jurídica de direito público, no caso da Advocacia-Geral da União, e atuar no interesse dos hipossuficientes, garantindo-lhes o direito fundamental ao acesso à justiça, no caso da Defensoria Pública da União, há divergência quanto à destinação da verba honorária sucumbencial. Os advogados atuantes no primeiro órgão possuem direito ao recebimento da referida verba, conforme disposição da Lei n. 13.327, de 29 de julho de 2016; enquanto que os honorários advocatícios sucumbenciais fruto das disputas judiciais em que figuram como patronos os Defensores Públicos são destinados a um fundo de aparelhamento da instituição, nos termos da Lei Complementar n. 80 de 12 de janeiro de 1984. Assim, a controvérsia recai sobre as diferentes destinações dos honorários advocatícios sucumbenciais no âmbito da AGU e DPU, trazendo esta pesquisa como problema a seguinte questão: O direito ao recebimento de honorários sucumbenciais, em caso de êxito em ação judicial em que figura como patrono o procurador de ente público, advogado ou defensor públicos pode ser disponível? Como metodologia, utilizou-se o método dedutivo, com pesquisa teoria e qualitativa, com pesquisa bibliográfica, jurisprudencial, legal, com consulta a periódicos, livros, teses, dissertações e artigos científicos, bem como material coletado em sítios eletrônicos de órgãos públicos. Com isso, foi possível verificar que os referidos órgãos são considerados funções essenciais à justiça, dotados de autonomia e possuem diferentes finalidades, razão pela qual submetem-se parcialmente ao Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, possuindo diferentes destinos à referida verba. Contudo, por exercerem a atividade advocatícia, uma vez que postulam em juízo em favor dos seus representados, deveriam ter igual disposição acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, sob pena de violação ao princípio da isonomia.

**Palavras-chave:** Honorários advocatícios. Sucumbência. Advocacia-Geral da União. Defensoria Pública da União. Isonomia.

## ABSTRACT

*This research aims to study about the different treatments and assignments of the successive attorney's fees within two federal legal service rendering agencies, namely, the Attorney General's Office and the Public Defender's Office. Succumbent attorney's fees are the right of the winning party's attorney paid by the succumbing party in the claims and are considered to be food-related Money, belonging to the lawyer. However, it is clear that, due to the nature of the activity performed by public lawyers, that is, to act in the interests of a legal entity governed by public law, in the case of the Attorney General's Office, and to act in the interest of the hypo-sufficient, ensuring them the fundamental right to access justice. In the case of the Public Defender's Office of the Union, there are disagreement as to the allocation of the honorary money. The lawyers acting in the first body are entitled to receive this amount, pursuant to Law No. 13,327, of July 29, 2016; while the successive attorney's fees resulting from the legal disputes in which the Public Defenders appear as patrons are destined to an institution's funds, under the Complementary Law No. 80 of January 12, 1984. Therefore, the controversy rests with the different provisions concerning the different destinations of the Attorney General's Office and the Public Defender's bringing this research as a problem the following question: The right to receive succumb fees, in case of success in lawsuit in which the patron is a public prosecutor, lawyer or public defender can be available? As a methodology, the deductive method was used with theory and qualitative research with bibliographical, jurisprudential, legal research, consultation of periodicals, books, thesis, dissertations and scientific articles, as well as material collected from public websites. Thus, it was possible to verify that these bodies are considered essential functions of justice, endowed with autonomy and different purposes, which is why they are partially submitted to the Brazilian Statute of the Law and the Bar Association, having different destinations to this amount. Conversely, because they practice law, they claim in court on behalf of their representatives, and should be equally disposed to the successive attorney's fees under penalty of violating the principle of isonomy.*

**Keywords:** Fees. Succumb. Attorney General's Office. Public Defender's Office. Isonomy.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGU	Advocacia-Geral da União
ART.	Artigo
CFOAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
CPC/2015	Código de Processo Civil de 2015
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DPU	Defensoria Pública da União
EC	Emenda Constitucional
EOAB	Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil
LC	Lei Complementar
LONDP	Lei Orgânica da Defensoria Pública
N.	Número
P.	Página
PGR	Procurador Geral da República
RESP	Recurso Especial
S.D.	Sem data
S.P.	Sem número de página
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O PAPEL DO ADVOGADO .....</b>	<b>13</b>
2.1 HISTÓRICO DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA .....	13
2.1.1 A advocacia no Brasil .....	14
2.2 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMO DIREITO DO ADVOGADO .....	17
2.2.1 Honorários advocatícios sucumbenciais .....	22
<b>3 A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO COMO ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.....</b>	<b>27</b>
3.1 ADVOCACIA PÚBLICA X ADVOCACIA PRIVADA.....	27
3.2 A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO .....	29
3.3 A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO .....	32
<b>4 A DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA ADVOCACIA PÚBLICA.....</b>	<b>40</b>
4.1 HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO .....	41
4.2 HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO ..	47
4.3 ANÁLISE DAS DIFERENTES DESTINAÇÕES DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA .....	51
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>54</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Todos que se encontram no território brasileiro são detentores de direitos e garantias fundamentais inerentes à condição humana, assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Contudo, a eficácia da aplicação dos direitos nem sempre é imediata e plena. Assim, com a necessidade de garantir a aplicação dos direitos e garantias, foi criada a atividade da advocacia.

O advogado é função essencial à justiça. Cabe a este profissional a defesa dos direitos e garantias de seu patrocinado. É ele quem postula perante o juízo a aplicação e efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente. Pela prestação dos serviços advocatícios, o advogado é remunerado por meio de três modalidades de honorários: os contratuais, os arbitrados e os sucumbenciais, conforme disposição do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lei n. 8.906 de 04 de julho de 1994.

Esta última espécie deve-se em razão da sucumbência ao final do processo, sendo que a parte vencida paga ao patrono da parte vencedora honorários a serem fixados, em regra, no montante entre dez a vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou sobre o valor atualizado da causa, ou, em sendo inestimável ou baixo o valor o dado à causa, serão fixados pelo juiz de forma equitativa.

Assim, os honorários advocatícios, uma vez considerados verbas de natureza alimentar, conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, são direito do advogado, e a ele pertencem, nos termos do Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil e do Código de Processo Civil.

Contudo, quando os patronos atuam vinculados a órgão da administração pública, em especial aos órgãos objeto desta pesquisa: Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública da União, são submetidos a regime especial de subsídios, sendo tais vencimentos definidos previamente em lei, em atenção ao princípio da reserva legal e supremacia do interesse público sobre o interesse particular.

No tocante aos referidos órgãos, tem-se diferentes destinações da verba honorária quando os membros da AGU e da DPU atuaram na representação da parte vencedora, cabendo, em tese, a arrecadação dos honorários advocatícios sucumbenciais. No primeiro caso, a verba é destinada a um fundo gerido pela própria instituição, a ser rateada entre seus membros conforme critérios de

distribuição elencados na Lei n. 13.327, de 29 de julho de 2016. Na DPU, os honorários advocatícios sucumbenciais em processos em que a instituição assistir o vencedor é direcionada ao Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública, destinados ao aparelhamento da instituição e à capacitação profissional de seus membros e servidores, conforme dispõe a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994.

Desta forma, à luz do princípio da isonomia, o presente trabalho tem como objetivo trazer reflexões sobre o diferente tratamento quanto à destinação da verba sucumbencial, considerando que os membros dos dois órgãos são servidores públicos e possuem como finalidade o desempenho, de certa maneira, da atividade advocatícia no contexto e objetivo de cada instituição.

No primeiro capítulo serão analisadas a origem e finalidade do exercício da advocacia e a forma de remuneração do advogado. Ainda, será exposto o propósito e o histórico dos honorários advocatícios sucumbenciais, bem como o entendimento dos tribunais superiores acerca da proteção e características a eles inerentes.

No segundo capítulo será realizado o estudo comparativo da atividade advocatícia pública e privada, bem como das instituições Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública da União, observando-se as peculiaridades e finalidades de cada órgão e o tratamento dispensado a eles na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação infraconstitucional brasileira.

Por fim, no terceiro capítulo será discorrido acerca da destinação da verba honorária sucumbencial no âmbito da AGU e DPU, analisando a legislação correspondente a cada ente, bem como o entendimento jurisprudencial atual sobre a possibilidade e constitucionalidade da disponibilidade das verbas.

Assim, o presente trabalho não tem como finalidade esgotar o tema, mas tão somente, por meio de uma análise embrionária, analisar as destinações dos honorários advocatícios sucumbenciais no âmbito da AGU e DPU e compará-las à luz do princípio da isonomia, com vistas a permitir no futuro o embasamento de trabalho de maior envergadura.

## **2 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O PAPEL DO ADVOGADO**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 133 (BRASIL, 1988), dispõe que “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

O advogado é “o profissional legalmente habilitado a orientar, aconselhar e representar seus clientes bem como a defender-lhes os direitos e interesses em juízo ou fora dele” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2012, p. 251). Presta serviço público e exerce função social, postula em favor de seu cliente a aplicação do Direito, concretizando o direito fundamental à inafastabilidade da jurisdição – consagrado no artigo 5º, XXXV da Carta Constitucional – e demais direitos e garantias fundamentais.

Em razão da importância e essencialidade do exercício da profissão, para que cumpra a honrosa função de busca pela concretização e defesa dos direitos e garantias legais garantindo o acesso à justiça e a prestação jurisdicional, o advogado necessita ser amparado pela legislação para que seja assegurada sua autonomia e dignidade.

Portanto, a valorização do advogado é indispensável para o fortalecimento e defesa da sociedade (LAMACHIA, 2015, p. 45). Valorizar o advogado é valorizar a sociedade, porque é o causídico quem busca a tutela de seus direitos.

A atividade prestada pelo profissional advogado é remunerada por meio de honorários advocatícios, que se subdividem, em síntese, em três espécies: convencionados, fixados por arbitramento judicial e de sucumbência.

Nesta senda, no presente capítulo tem-se como objetivo estudar acerca da origem da advocacia no mundo e no Brasil, bem como as formas de remuneração do advogado, e ao final, especificamente sobre os honorários advocatícios sucumbenciais, sua origem, finalidade e características.

### **2.1 HISTÓRICO DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA**

O berço da advocacia foi a Grécia antiga, em Atenas, com grandes nomes como Demóstenes, Isócrates e Péricles, sendo que este último é considerado o primeiro advogado profissional, no ano de 479 a. C. (AMARAL, 2002, p. 69).

Em Roma, somente os patrícios tinham direitos e podiam defendê-los, restringindo-se o exercício da advocacia para defesa dos interesses desta classe, o que veio a mudar com a autonomia política da plebe com o advento da Lei das XII Tábuas, em 450 a. C. (LÔBO, 2017, p. 20).

A advocacia foi convertida em profissão organizada pelo Imperador Justino, no século VI, com a constituição da primeira Ordem de Advogados no Império Romano do Oriente, onde foram estabelecidos requisitos para exercício da profissão. Contudo, existem autores que entendem que houve o reconhecimento da profissão somente no século XIII, com a Ordenança francesa do Rei São Luiz (LÔBO, 2017, p. 20).

Assim, partindo-se desta sucinta visão global acerca do surgimento da advocacia, examinar-se-á a seguir o exercício da advocacia no país.

### **2.1.1 A advocacia no Brasil**

Historicamente, na advocacia luso-brasileira, já havia referência aos advogados no século XIII. As Ordenações Filipinas tratavam acerca da primeira organização da advocacia em Portugal, onde havia atividade jurisdicional e organização judiciária que contava com juízes ordinários, juízes de fora, corregedores, magistrados especiais de primeira instância, tribunais e a considerada última instância, a Casa da Suplicação (AMARAL, 2002, p. 68).

Após, na colônia brasileira, surgiu a necessidade de criação de tribunais para revisão das decisões de primeira instância – decisões de ouvidores e provedores, govenadores e capitães-mores, que possuíam poder jurisdicional no Brasil na época – o que desdobrou na criação do tribunal “Relação”, em 1587, composto por dez ministros. Contudo, somente no ano de 1609 houve a efetiva instalação da referida Corte. Com a vinda de Dom João VI ao Brasil, a organização judiciária de Portugal foi instalada no Brasil (AMARAL, 2002, p. 70).

No Brasil independente, o reconhecimento da profissão com a criação de cursos jurídicos deu-se em 1827 em Olinda e São Paulo. Em 1843, houve a fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, cuja finalidade originária era

organizar a Ordem dos Advogados, o que veio ocorrer após quase noventa anos da criação do IAB. Atualmente, o Instituto possui âmbito nacional, com sede no Rio de Janeiro/RJ, e atua junto aos Poderes, colaborando com a apresentação de pareceres acerca de projetos de lei, e também junto às comissões legislativas. O IAB ainda atuou na criação de entidades de ensino jurídico, como a Associação Brasileira de Ensino do Direito – ABEDI (ALMEIDA, s.a., s.p.).

No ano de 1930, surgiu a Ordem dos Advogados Brasileiros com o artigo 17 do Decreto n. 19.408, de 18 de novembro de 1930<sup>1</sup>, nomenclatura alterada posteriormente para Ordem dos Advogados do Brasil, utilizada até os dias atuais. Tal diploma tinha por finalidade a reorganização da Corte de Apelação, órgão colegiado que revia decisões de primeiro grau. Ainda, houve autorização pelo Estado para que a Ordem estabelecesse seus próprios estatutos e normas e pudesse disciplinar seus membros, além do poder de seleção do profissional (AMARAL, 2002, p. 75).

Em 14 de dezembro de 1931 houve a aprovação do Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil e em 25 de julho de 1934 foi aprovado o Código de Ética Profissional. Naquela oportunidade, eram 8.161 inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil em todo o país (LÔBO, 2017, p. 212).

O primeiro Estatuto que regia a atividade advocatícia no Brasil adveio com a promulgação da Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963. Tal norma disciplinava a atividade do advogado quanto aos interesses da classe, sendo vedada a manifestação da OAB em relação a assuntos políticos (AMARAL, 2002, p. 75).

A V Conferência Nacional da Advocacia, realizada no Rio de Janeiro, de 11 a 16 de agosto de 1974 apontou para o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil ao início do processo de abertura política após o período do regime ditatorial vivido no Brasil. No evento, houve ainda insurgência em relação à proposta de vinculação dos advogados ao Ministério do Trabalho, ameaçando a autonomia da entidade, porquanto sua vinculação ao Poder Executivo garantiria a ingerência deste na OAB, o que seria de todo incompatível com a defesa de direitos incumbida ao órgão, que

---

<sup>1</sup> Art. 17. Fica criada a Ordem dos Advogados Brasileiros, órgão de disciplina e seleção da classe dos advogados, que se regerá pelos estatutos que forem votados pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, com a colaboração dos Institutos dos Estados, e aprovados pelo Governo.

por vezes se insurge contra o Estado quando este viola direitos, por ação ou omissão (OAB, s.a., s.p.).

Durante a abertura política no Brasil após o regime militar, as conferências realizadas pela OAB em âmbito nacional trouxeram debates e reflexões acerca de questões relacionadas ao exercício da profissão, bem como às perspectivas do Direito no Brasil. A XII Conferência Nacional da Advocacia, realizada em Porto Alegre, de 2 a 6 de outubro de 1988, contemporânea à promulgação da CRFB/88, destacou-se pela busca da reformulação dos objetivos da OAB. Os profissionais concluíram pela urgência da abertura das perspectivas da classe profissional, a fim de que houvesse o efetivo exercício da cidadania pela sociedade (COELHO, 2014, s.p.).

Assim, houve a promulgação do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, Lei n. 8.906 de 04 de julho de 1994, que visa garantir maior eficácia na defesa dos direitos humanos e dos advogados, o reposicionamento da Ordem de forma política, e consagrar a atividade da advocacia como função essencial e indispensável à administração da justiça (COELHO, 2014, s.p.).

A partir da CRFB/1988, o exercício da advocacia recebeu novos contornos, sendo regulada a ética e disciplina da atividade, bem como as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas, com a regulamentação da função do advogado privado e público (MARCO, 2009, p. 254).

Atualmente, a Ordem dos Advogados do Brasil é entidade *sui generis*, porquanto exerce atividade de *múnus* público, tendo traços característicos de autarquia federal, contudo, tem preservada sua autonomia plena, não sendo submetida a nenhum outro órgão ou poder, tampouco tem o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas. Tal autonomia tem por finalidade preservar a entidade que constitui, busca e assegura o pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito. Esta característica peculiar da Ordem dos Advogados do Brasil está intrinsecamente ligada à função social que exerce na busca pela justiça. Explana AMARAL (2002, p. 79):

À vista disso, o órgão que congrega esses causídicos há de ter plena independência para poder dar eficácia à prerrogativa-dever inerente aos advogados de defender, com altivez, a ordem jurídica, inclusive a Constituição da República (LGL\1988\3), os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, contra tudo e contra todos, eis o mister público e a função social que marcam os advogados e a OAB; [...]



Portanto, o exercício da advocacia é de elevada necessidade para proteção e manutenção do Estado Democrático de Direito, razão pela qual o profissional que zelar por este fim deve receber contraprestação digna que lhe possibilite defender os interesses do representado e de todos os cidadãos.

## 2.2 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMO DIREITO DO ADVOGADO

No sentido etimológico, a palavra honorário, na acepção de retribuição, cognato do adjetivo *honorarius*, refere-se àquilo que decorre da honra. Tal vocábulo era usado em Roma ao tratar de “contraprestação” do advogado pela função desempenhada. Para os romanos, cuja sociedade era fundada no trabalho escravo, quem recebia salário eram os escravos, então a disposição de atividade intelectual de um cidadão romano a outro era tida como *honor*, que era uma espécie de reconhecimento e prestígio político, sem recebimento em pecúnia (LÔBO, 2017, p. 131). Daí porque o termo *honorarius*, referia-se à honra.

Importante destacar que o recebimento de pecúnia pelo exercício da advocacia era expressamente proibida na *Lex Cincia* (250 a. C.). Contudo, tal situação foi alterada no Império de Cláudio (41 a 54 d.C.), com a autorização da remuneração do patrono, limitada ao valor de dez mil sestércios, permanecendo a vedação ao pagamento da verba *quota litis* – parte da vantagem percebida pelo representado – e do *palmarium*, verba a ser paga em caso de êxito na demanda. Com o governo de Nero, foi permitida a cobrança de honorários em razão da revogação da Lei Cincia (ARAÚJO, 2008, p. 4).

No direito romano, o pagamento das despesas processuais cabia às partes litigantes, desconsiderando-se a parte vencedora ao final. Contudo, nas *leges actiones* havia contornos dos atuais honorários de sucumbência. No referido procedimento, os demandantes efetuavam depósito de valores no início do processo, e o vencido perderia o valor por si depositado para os sacerdotes ou erário – não para o vencedor – como ônus sucumbencial. Também em Roma, havia a *actio dupli*, consistente em uma espécie de ação contra o sucumbente com a finalidade de condená-lo ao pagamento do dobro do valor do objeto da condenação como penalidade por ter resistido à demanda de maneira injusta (SANTOS FILHO, 1998, p. 32).

Com o advento da Constituição de Zenão, no ano 487, considerada marco no Império Romano que serviu de inspiração do instituto dos honorários sucumbenciais, caberia ao magistrado a condenação, em sentença, do vencido ao pagamento das custas processuais, podendo o *quantum* ser aumentado em até dez vezes em caso de lide temerária e parte do valor ser destinado ao vencedor ou ao fisco (ARAÚJO, 2008, p. 4).

A partir do referido diploma legal, houve a inauguração de um novo sistema de sucumbência, em que a condenação ao ônus passou a independender da má-fé na conduta do sucumbente (SANTOS FILHO, 1998, p. 32).

Na época das ordenações, o advogado não era remunerado pelo patrocinado, tampouco pelo Estado. Contudo, com a inovação do Decreto n. 5.737 que estabeleceu o regimento de custas, em 02.09.1874, passou a ser permitido ao advogado contratar honorários (SANTOS FILHO, 1998, p. 33).

Todavia, os honorários sucumbenciais não estavam previstos no referido diploma legal, vindo a surgir a inovação no ordenamento jurídico brasileiro com o Código de Processo Civil de 1939. Acerca desta lei, acrescenta SANTOS FILHO (1998, p. 33):

Enfim, com a uniformização da legislação processual, o nosso Direito terminou consagrando o princípio da sucumbência; entretanto, num primeiro momento, a responsabilidade do vencido portava nítido caráter de pena, conforme se verifica da análise dos artigos 63 e 64 do CPC de 1939, que condicionavam a sua condenação ao pagamento dos honorários da parte contrária, a eventual culpa ou dolo, contratual ou extracontratual, com que tivesse obrado.

Com a promulgação da Lei n. 4.632, de 18 de maio de 1965, considerada marco da teoria da sucumbência, foi dispensada a ocorrência de dolo ou culpa por parte do sucumbente para condenação às verbas sucumbenciais. No Código de Processo Civil de 1973, o princípio da sucumbência foi mantido<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

§ 1º O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido.

§ 2º As despesas abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico.

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Tendo em vista a imprescindibilidade do advogado para a administração da justiça, conforme disposição do artigo 133 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), bem como em decorrência da suma importância da tarefa a qual lhe é atribuída, o advogado deve receber honorários condizentes com o que se espera e exige de sua função (PEREIRA FILHO, 2019, p. 122).

Assim, como forma de compensação pelo exercício de atividade liberal, os honorários retribuem o trabalho desempenhado pelo advogado, seja pela atuação judicial ou extrajudicial.

Uma vez considerada verba do advogado pelo Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil<sup>3</sup>, bem como ratificado pelo Código de Processo Civil de 2015<sup>4</sup>, os honorários advocatícios possuem natureza alimentar, pois integram a remuneração do advogado e destinam-se à sua manutenção. A respeito, explana BUENO (p. 3, s.a.):

Dentro desse contexto, por serem os honorários a forma, por excelência, de remuneração pelo trabalho desenvolvido pelo advogado, um trabalho humano que merece a tutela do ordenamento jurídico, correta sua qualificação como verba de natureza alimentar, eis que também vitais ao desenvolvimento e à manutenção (*necessarium vitae*) do profissional, do qual o advogado provê o seu sustento.

Neste sentido, entendimento jurisprudencial consolidado culminou na edição da súmula vinculante de número 47<sup>5</sup>, editada pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, que modificou seu anterior entendimento, para atribuir caráter alimentar

---

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.

<sup>3</sup> Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

<sup>4</sup> Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

<sup>5</sup> Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

aos honorários contratuais e sucumbenciais no julgamento do RE n. 470.407/DF<sup>6</sup>. Da mesma forma, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar os Embargos de Divergência no REsp n. 706.331/PR<sup>7</sup>, reconheceu a natureza alimentar dos honorários advocatícios sucumbenciais (GONÇALVES, 2019, p. 411).

Ainda, estende-se o caráter alimentar aos honorários sucumbenciais depositados em favor da sociedade de advogados, conforme previsão do Código de Processo Civil, em seu artigo 85, §§14 e 15. Tal característica da verba honorária implica no reconhecimento da sua impenhorabilidade, sendo irrepetível na hipótese de ser recebida em sede de cumprimento provisório de sentença, e possui preferência na habilitação de crédito na falência, equiparando-se ao crédito de natureza trabalhista, devendo ser paga com prioridade em relação aos demais créditos. Ainda, o caráter alimentar dos honorários confere preferência na ordem de pagamentos realizados pela Fazenda Pública, excluindo-os da ordem cronológica dos precatórios, conforme sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça na Súmula 144<sup>8</sup>, bem como previsão expressa da CRFB/1988<sup>9</sup> (NUNES; DUTRA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 762).

Outrossim, em se tratando de verba de natureza alimentar, existe a possibilidade de penhora de verbas remuneratórias para pagamento da verba honorária, porquanto a mitigação da impenhorabilidade de subsídios e salários aplica-se ao pagamento do crédito alimentar. Importante destacar que o Código de Processo Civil de 2015, no artigo 85, §§14 e 15, inovou ao vedar a compensação entre os honorários do autor e réu, em caso de sucumbência recíproca, superando a

---

<sup>6</sup> STF, RE 470.407/DF, Primeira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, data do julgamento 09.05.2006, DJ. 13.10.2006.

<sup>7</sup> STJ, EREsp 706.331/PR, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, data do julgamento 20.02.2008, DJ. 31.03.2008.

<sup>8</sup> Os créditos de natureza alimentícia gozam de preferência, desvinculados os precatórios da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa.

<sup>9</sup> Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

Súmula 306<sup>10</sup> do Superior Tribunal de Justiça (NUNES; DUTRA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 762).

Os honorários advocatícios subdividem-se em três espécies: convencionais ou contratuais, arbitrados e sucumbenciais. A primeira refere-se aos honorários estabelecidos em contrato de prestação de serviços advocatícios, sejam eles relacionados à atividade judicial, na representação da parte perante o juízo, ou extrajudicial, que engloba atividade de assessoria, consultoria ou planejamento jurídico (ARAÚJO, 2008, p. 3).

Para estabelecimento do *quantum* pelo advogado dos honorários contratuais, o profissional deverá levar em consideração critérios elencados no artigo 49 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (Conselho Federal da OAB, 2015):

Art. 49. Os honorários profissionais devem ser fixados com moderação, atendidos os elementos seguintes:

- I - a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas;
- II - o trabalho e o tempo a ser empregados;
- III - a possibilidade de ficar o advogado impedido de intervir em outros casos, ou de se desavir com outros clientes ou terceiros;
- IV - o valor da causa, a condição econômica do cliente e o proveito para este resultante do serviço profissional;
- V - o caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente eventual, frequente ou constante;
- VI - o lugar da prestação dos serviços, conforme se trate do domicílio do advogado ou de outro;
- VII - a competência do profissional;
- VIII - a praxe do foro sobre trabalhos análogos. (BRASIL, 2015)

Cabe ao profissional fixar a remuneração conforme os critérios acima estabelecidos, não cabendo ao Poder Judiciário rever o *quantum*. Contudo, os honorários contratuais não são ilimitados, podendo os Conselhos Seccionais da OAB indicar os limites máximos, hipótese em que será permitida a revisão pelo Poder Judiciário do valor fixado, quando houver caracterização da lesão ao patrocinado, nos termos do artigo 157 do Código Civil.

Quanto ao pacto de *quota litis*<sup>11</sup>, não há previsão na Lei n. 8.906/94. Todavia, quando houver vantagem indevida em decorrência da hipossuficiência do

---

<sup>10</sup> Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.

<sup>11</sup> Participação proporcional no resultado ou ganho obtido na demanda (LÔBO, 2017, p. 132).

patrocinado e que gere desproporção entre as prestações do contrato, caberá revisão do pacto pelo Poder Judiciário. No REsp n. 1.155.200<sup>12</sup>, o Superior Tribunal de Justiça reduziu *quota litis* de 50% para 30%, indicando a ocorrência de lesão ao cliente (LÔBO, 2017, p. 133).

Quando não houver prévia estipulação do valor da verba honorária, os honorários serão arbitrados pelo julgador, que deverá observar o disposto no artigo 22<sup>13</sup>, §2º do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 8.906/94). Convém destacar que os honorários fixados por arbitramento, apesar de fixados pelo julgador, são distintos dos honorários sucumbenciais (ARAÚJO, 2008, p. 3).

Por fim, os honorários advocatícios sucumbenciais são aqueles devidos quando da atuação do advogado na esfera processual e contenciosa, incumbindo ao vencido a obrigação de pagar a verba ao patrono do vencedor (ARAÚJO, 2008, p. 03). Tal espécie de honorário advocatício será explorado à parte por se tratar do tema principal da pesquisa.

## **2.2.1 Honorários advocatícios sucumbenciais**

Atualmente, os honorários advocatícios sucumbenciais são devidos pela parte sucumbente nos pedidos ao advogado da parte vencedora, inclusive quando este atuar em causa própria. CAHALI (1990, p. 113) explana que “sucumbir é ver a ação rejeitada, se se é o autor, ou ver pronunciadas as condenações contra si, se se é o réu”, e que “Vencido é aquele contra o qual o direito é declarado, aquele contra o qual a sentença é proferida,” (CAHALI, 1990, p. 114).

Houve três sistemas que reproduziram as fases da evolução dos ordenamentos jurídicos em relação ao ônus sucumbencial: a teoria do ressarcimento, a teoria da pena e a teoria da causalidade (CAHALI, 1990, p. 32).

---

<sup>12</sup> STJ, REsp 1.155.200, Terceira Turma, Rel. Min. Massami Uyeda, data do julgamento 22.02.2011, DJ. 02.03.2011.

<sup>13</sup> Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

[...]

§ 2º Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

A teoria do ressarcimento calcava-se na necessidade do litigante desprovido de razão de ressarcir o vencedor com as despesas gastas em decorrência da lide. A teoria da pena entendia que o ônus sucumbencial apresentava uma função eminentemente penal, apesar de não objetivar, diretamente, a limitação da lide temerária. A teoria da causalidade seguia a linha de que deveria ser imputada a responsabilidade do pagamento dos ônus finais à parte que deu causa à demanda. Tal teoria se contrapõe à teoria da sucumbência, aventando que nem sempre na lide haverá parte vencedora e parte vencida, bem como que existem procedimentos em que não há de forma estrita uma pretensão resistida, como acontece em procedimentos de jurisdição voluntária.

A teoria da sucumbência foi desenvolvida por Chiovenda na década de 1930, e leva em consideração o aspecto objetivo do resultado da lide para condenação aos ônus sucumbenciais. Logo, o vencido tem o dever de pagar ao vencedor os honorários sucumbenciais bem como as custas do processo porquanto o demandante exitoso não deve arcar com um sacrifício econômico em razão da necessidade de buscar a tutela jurisdicional estatal (CAHALI, 1990, p. 35).

No Código de Processo Civil em vigor observa-se a presença de duas das teorias acima indicadas para nortear a fixação dos honorários advocatícios: a teoria da sucumbência e a teoria da causalidade (PEREIRA FILHO, 2019, p. 124).

Neste sentido, tem-se que os honorários sucumbenciais são devidos pelo vencido em razão de que o custo do processo não deve repousar apenas sobre a parte detentora da razão. Tal entendimento é vigente no ordenamento jurídico brasileiro desde a Lei n. 4.632, de 18 de maio de 1965, que dispensou a necessidade da existência de dolo ou culpa pelo vencido para sua condenação no ônus sucumbencial (MEDINA, 2019, p. 322).

Também é finalidade dos honorários sucumbenciais na atual acepção, servir como retribuição do advogado da parte vencedora, por sua atuação exitosa na demanda, bem como possibilitar justa remuneração do exercício de seu ofício. Outrossim, objetiva inibir o exercício abusivo do direito de ação (SILVA; PAULO, 2019, p. 352).

Quanto à destinação dos honorários sucumbenciais, o Código de Processo Civil de 1973 indicava, em seu artigo 20, que caberia ao litigante vencido o pagamento ao vencedor das despesas e honorários advocatícios que antecipou. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, os honorários sucumbenciais

devem ser pagos ao advogado do vencedor. Assim, extrai-se a diferença da destinação direta da verba, porquanto no anterior código, era paga ao vencedor, enquanto que no atual, o *quantum* é devido diretamente ao advogado (MEDINA, 2019, p. 323).

Neste sentido, explana Lôbo (2017, p. 136):

A legislação anterior estabelecia que os honorários fixados na condenação contra a parte vencida ou sucumbente, na ação, pertenciam à parte vencedora. A Lei n. 8.906/94 inverteu radicalmente a titularidade desses específicos honorários, a saber, da parte vencedora para seu advogado. Com efeito, mudou o fundamento e a natureza dessa condenação, deixando de ser indenização das despesas despendidas pela parte vencedora para consistir em parte da remuneração de seu advogado, cujo ônus é imputado à parte vencida.

Nessa perspectiva já dispunha o anterior Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, instituído pela Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963 e o atual diploma, inaugurado com o advento da Lei n. 8.906/1994. Os referidos diplomas legais já estabeleciam que os honorários advocatícios sucumbenciais deveriam pertencer ao advogado, que pode requerer a expedição do precatório em seu favor (MEDINA, 2019, p. 323).

Como critérios de fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, considera-se o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

O atual Código de Processo Civil determina que os honorários sucumbenciais serão fixados, em regra, entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) do proveito econômico, nos termos do artigo 85, §2º do Código de Processo Civil de 2015. Em sendo irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo, o julgador poderá fixar o *quantum* de acordo com os critérios acima indicados, por apreciação equitativa, conforme disposição do §8º do artigo supracitado do CPC (BRASIL, 2015).

A Fazenda Pública possui diversas prerrogativas que garantem a isonomia na relação estabelecida contra o adverso,

[...] exigindo do ordenamento jurídico um tratamento diferenciado capaz de viabilizar a defesa do bem como e em última análise o



próprio Estado Social Democrático de Direito, qualificando a situação em apreço como prerrogativa, já que em compasso com o princípio da isonomia (ALVAREZ, 2019, p. 423).

Assim, quando a Fazenda Pública fizer parte da lide, há diferente tratamento aos honorários advocatícios sucumbenciais:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais:

I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;

II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;

III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;

IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;

V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos (BRASIL, 2015).

Considerando que “A condenação em honorários não é *ex lege*; o dever do juiz é que é efeito da incidência da regra jurídica cogente” (CAHALI, 1990, p. 76), o julgador é quem deve arbitrar os honorários sucumbenciais, constituindo direito do patrono do vencedor. Em não havendo a fixação pelo julgador dos honorários ou do *quantum*, o patrono poderá ingressar com ação autônoma para fixação e cobrança, após o trânsito em julgado, nos termos do artigo 85, §18<sup>14</sup>, do CPC.

O CPC inovou ao prever o cabimento de honorários de sucumbência recursal<sup>15</sup>, o que traz benefícios ao advogado, que perceberá justa remuneração

---

<sup>14</sup>Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§ 18. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.

<sup>15</sup> § 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

pelo trabalho ofertado, bem como desestimulará a interposição de recursos meramente protelatórios (CÂMARA, 2019, p. 711).

Outra inovação do CPC foi o reconhecimento do direito aos honorários sucumbenciais aos advogados públicos, conforme previsão do artigo 85, §19<sup>16</sup>. Enquadram-se como advogados públicos os membros do Ministério Público, Defensoria Pública e os procuradores públicos, de modo geral. Contudo, tal disposição é controversa, porquanto apesar de indicação expressa no CPC, há entendimento de que os advogados públicos, em sentido amplo, não teriam direito a receber os honorários de sucumbência, ante a finalidade de seu exercício profissional (COELHO, 2015, p. 18), o que será analisado adiante.

---

<sup>16</sup> § 19. Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.

### **3 A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO COMO ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA**

Classificadas como órgãos da administração pública direta e compreendidas como função essencial à justiça, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União submetem-se às normas regentes dos entes públicos. Moreira Neto expõe (1992, p. 84): “Órgãos são, portanto, as partes atuantes do Estado, competentes para manifestar-lhe a vontade através do desempenho de funções que, por sua vez, são atividades de aplicação do poder”.

Em assim sendo, os advogados vinculados aos referidos órgãos, de idêntica forma, subordinam-se ao regime jurídico de direito público, que tem como primazia a observância dos interesses públicos em detrimento dos interesses dos particulares (MEIRELLES, 2015, p. 113).

#### **3.1 ADVOCACIA PÚBLICA X ADVOCACIA PRIVADA**

A dissociação da advocacia privada e da advocacia estatal se deu, em relação à sua organização, com o advento da CRFB/1988 (MOREIRA NETO, 1992, p. 91). No referido diploma, em seu capítulo IV, localizam-se as funções essenciais à justiça. Na redação original, estavam elencadas como funções essenciais à justiça o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública. Com o advento da Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998, a carta constitucional passou a indicar como funções essenciais à justiça: o Ministério Público (artigos 127 a 130); a Advocacia pública (artigos 131 e 132); a Advocacia (artigo 133); e a Defensoria Pública (artigos 134 e 135) (BARROSO, s.a., s.p.).

As funções essenciais à justiça “são derivadas para garantir-lhe o primado, como provedoras permanentes de seu controle, nos limites das competências dos órgãos das procuraturas constitucionais” (MOREIRA NETO, 1992, p. 83), e “se constituem num conjunto de atividades políticas preventivas e postulatórias através das quais interesses juridicamente reconhecidos são identificados, acautelados, promovidos e defendidos por órgãos tecnicamente habilitados, sob garantias constitucionais” (MOREIRA NETO, 1992, p. 87).

A advocacia, como função essencial à justiça, é atividade pública, e pode ser exercida pelo advogado particular ou advogado público. O advogado é

conceituado como “o profissional legalmente habilitado a orientar, aconselhar e representar seus clientes, bem como a defender-lhes os direitos e interesses em juízo ou fora dele” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2012, p. 251). O advogado defende direitos de terceiros, seja ele particular ou vinculado à administração pública.

Como tratado no capítulo anterior, o exercício da advocacia no Brasil é regido pelo Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, incluída a advocacia pública, conforme disposição do artigo 3º, §1º do EOAB<sup>17</sup>.

Os advogados podem ser classificados em profissionais liberais, empregados ou públicos. Os profissionais da primeira classe são autônomos, e exercem a atividade sem vínculo empregatício. Em regra, o profissional e o cliente realizam contrato em que são estabelecidas a prestação dos serviços – seja contencioso ou de assessoria – e a contraprestação. Assim, a renda do causídico autônomo provém dos honorários percebidos pelo exercício da profissão, razão pela qual tal verba possui valor alimentar. Outrossim, ainda que o contrato de serviços advocatícios seja travado entre sociedade de advogados, e os honorários a ela destinados, é mantido o caráter alimentar dos honorários, conforme entendimento jurisprudencial já consolidado (ARAÚJO, 2008, p. 8).

Os serviços advocatícios também podem ser prestados pelo advogado empregado ao empregador, quando tal relação possuir os elementos caracterizadores de relação de emprego que garantem o vínculo celetista, quais sejam, a onerosidade, não eventualidade, subordinação e pessoalidade. A relação é regida pelo Estatuto da OAB e pela Consolidação das Leis do Trabalho, de forma supletiva.

A retribuição pelo serviço desempenhado é o salário, não havendo a possibilidade de pacto acerca dos honorários contratuais. Contudo, o advogado possui direito aos honorários de sucumbência, sendo possível a negociação individual ou coletiva que disponha acerca de destinação diversa, uma vez que o

---

<sup>17</sup> Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),  
§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

STF decidiu pela inconstitucionalidade do §3º do artigo 21 do EOAB (ADI 1.194-4<sup>18</sup>), que dispunha: “É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência.” (ARAÚJO, 2008, p. 8).

Por sua vez, “os advogados públicos são aqueles responsáveis pela defesa judicial dos interesses da administração pública (direta e indireta) federal e estadual e pela assessoria e consultoria jurídica do Poder Executivo” (ARAÚJO, 2008, p. 9). Estes procuradores são servidores públicos aprovados em concurso público de provas e títulos e são remunerados por meio de subsídio (BRASIL, 1993). Quanto aos honorários sucumbenciais na advocacia pública, há controvérsia acerca da possibilidade de tal verba ser percebida diretamente pelos procuradores, o que será objeto de estudo adiante.

Os advogados públicos são regidos por legislações específicas que contornam suas atribuições e deveres. Não obstante, encontram-se amparados também pelo Estatuto da OAB, e devem seguir as normas ali estabelecidas.

Em seguida, serão analisadas a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União, porquanto são órgãos federais mantidos pela União que atuam perante o Poder Judiciário na defesa dos interesses e direitos de seus patrocinados. Ademais, possuem destinação distinta dos honorários advocatícios de sucumbência, razão pela qual se optou pela análise das duas instituições.

### 3.2 A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A Advocacia-Geral da União – AGU é órgão criado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus artigos 131 e 132 e instituída pela Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993, a qual representa a União judicial e extrajudicialmente, competindo-lhe as atividades de assessoramento e consultoria do Poder Executivo, conforme disposto no artigo 131 da CRFB/88:

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que

---

<sup>18</sup> STF – ADI: 1194 DF, Relator: Min. Maurício Corrêa, Data de Julgamento: 20/05/2009, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe 11-09-2009.

dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

A Advocacia-Geral da União é órgão integrante da administração pública e encontra-se consagrada no Capítulo IV da CRFB/1988 “Das funções essenciais à justiça”.

Antes da promulgação da CRFB/1988, a União era representada judicialmente pelo Ministério Público da União, e seu assessoramento e consultoria eram prestados pela Advocacia Consultiva da União, cuja instância máxima era a Consultoria-Geral da República, que por sua vez, era composta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Consultorias Jurídicas, órgãos jurídicos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, Procuradorias-Gerais e departamentos jurídicos. A representação extrajudicial era exercida de forma parcial pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Entretanto, apesar da previsão constitucional em 1988, a AGU passou a exercer a representação a ela inerente somente com o advento da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993. (VALENTE, 2013, s. p.).

O legislador, com a devida cautela, incluiu a Advocacia-Geral da União como função essencial à justiça, no Capítulo IV da CRFB/1988, de forma a separá-la dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Assim, a representação da União envolve os três poderes. Todavia, as atividades de consultoria e assessoramento prestadas pela Advocacia-Geral da União restringem-se ao Poder Executivo Federal, a que mantém relação mais próxima. A atividade exercida pela AGU engloba o assessoramento, consultoria e representação da administração pública direta bem como da indireta (GUINDANI, 2014, p. 12).

A consultoria prestada pela AGU é realizada por meio de orientação aos dirigentes do Poder Executivo na esfera federal, bem como de suas autarquias e fundações, com o intuito de preservar a segurança jurídica aos atos administrativos por ele praticados. Os profissionais vinculados à AGU, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades consultivas, são os Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional e os Procuradores Federais, de acordo com sua área de atuação (VALENTE, 2013, p. 6).

A Advocacia-Geral da União tem como chefe o Advogado Geral da União, que é nomeado de forma livre pelo Presidente da República, tendo como requisitos ser cidadão com idade maior de trinta e cinco anos, notável saber jurídico e

reputação ilibada, nos termos do §1º do artigo 131<sup>19</sup> da CRFB/1988. Os integrantes da carreira da instituição terão acesso ao cargo através de aprovação em concurso público de provas e títulos, conforme dispõe o §2º do referido artigo da CRFB/1988 (BRASIL, 1988).

Importante destacar que, na execução de dívida ativa de natureza tributária, apesar de ser lide de expresso interesse da União, esta será representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional<sup>20</sup>, consoante disposição do §3º do artigo 131 da CRFB/88 (BRASIL, 1988).

A AGU é composta por procuradores federais. O ingresso na carreira se dará pela categoria inicial, mediante nomeação em caráter efetivo dos candidatos habilitados em concurso público de provas e títulos, observando-se a ordem de classificação, nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).

Exige-se no momento da inscrição no certame a comprovação de mínimo dois anos de prática forense. Com a investidura no cargo, o estágio probatório será de dois anos. O vencimento e remuneração dos cargos vinculados à AGU são estabelecidos em lei própria, consoante dispõem os artigos 21, §2º, 22 e 26, parágrafo único, da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).

Por se tratar de advogado, o integrante da AGU deve estar inscrito regularmente nos quadros da OAB, bem como respeitar a legislação atinente à advocacia. A Lei Complementar n. 73 dispõe expressamente: “Art. 27. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os deveres previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sujeitando-se ainda às proibições e impedimentos estabelecidos nesta lei complementar” (BRASIL, 1993).

A Advocacia-Geral da União somente admite o exercício da profissão dentro da atuação exclusiva no órgão, sendo vedada a prática da advocacia particular pelo advogado a ela vinculado. Contudo, o EOAB não trouxe como incompatível o exercício da advocacia privada pelo advogado da União, tampouco

---

<sup>19</sup> § 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

<sup>20</sup> [...] suas atribuições residem, principalmente, na representação da União em causas fiscais, na cobrança judicial e administrativa dos créditos tributários e não-tributários e no assessoramento e consultoria no âmbito do Ministério da Fazenda. Disponível em <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>> Acesso em 16 set. 2019.

pelos advogados públicos, de maneira geral, todavia, entende-se que os Advogados da União estão parcialmente proibidos de exercerem a atividade advocatícia particular (LÔBO, 2017, p. 43).

Ademais, a Lei Complementar n. 73 elenca as proibições decorrentes do exercício de cargo público pelos membros da AGU:

Art. 28. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União é vedado:

- I - exercer advocacia fora das atribuições institucionais;
- II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotada pelo Advogado-Geral da União;
- III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo ordem, ou autorização expressa do Advogado-Geral da União.

Art. 29. É defeso aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União exercer suas funções em processo judicial ou administrativo:

- I - em que sejam parte;
- II - em que hajam atuado como advogado de qualquer das partes;
- III - em que seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro;
- IV - nas hipóteses da legislação processual.

Art. 30. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União devem dar-se por impedidos:

- I - quando hajam proferido parecer favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa;
- II - nas hipóteses da legislação processual.

Portanto, a Advocacia-Geral da União é órgão do Estado com finalidades específicas estabelecidas pela Constituição Federal e legislação infraconstitucional, dotado de autonomia, apesar de vinculada ao Poder Executivo, porquanto o representa e o assessora, e exerce função essencial à justiça.

### 3.3 A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Ao lado da Advocacia, Ministério Público e Advocacia Pública, a Defensoria Pública é função essencial à justiça, consoante dispõe a CRFB/1988, em seu capítulo IV. Possui como finalidade essencial, a prestação de assistência jurídica gratuita aos hipossuficientes financeiros. Portanto, é instituição essencial para efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. O artigo 134 da CRFB/1988, em sua redação original, dispunha que “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação



jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV”. Nova redação foi dada ao dispositivo com a Emenda Constitucional n. 80 de 2014:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

A instituição defensiva é, portanto, a instrumentalização do constante no artigo 5º, LXXIV da CRFB/1988, porquanto é mantida pelo Estado a fim de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem hipossuficiência de recursos, garantindo a efetivação do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, consagrado no artigo 5º, XXXV, da CRFB/1988. Neste sentido:

Da mesma maneira, encartado como direito fundamental há a indeclinabilidade da proteção jurisdicional. Com efeito, esta somente será efetiva se todos os brasileiros, sem distinção de condição econômica, puderem ter acesso à Justiça. O Estado-juiz somente poderá atuar para afastar lesão ou ameaça de lesão a direito se os hipossuficientes dispuserem de uma instituição capaz de veicular suas pretensões (BESSA, 2007, p. 235).

Importante destacar a distinção entre a assistência judiciária gratuita e a justiça gratuita. A primeira relaciona-se à atividade da Defensoria Pública, qual seja, prestar serviços de assistência jurídica de maneira gratuita àqueles que não possuem recursos financeiros para contratação de advogado particular. A justiça gratuita, por sua vez, refere-se à inexigibilidade da cobrança de custas processuais e honorários advocatícios daqueles que comprovarem não terem meios de arcar com as referidas despesas decorrentes do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC<sup>21</sup>, sem, contudo, vincular a concessão deste benefício à prestação da assistência judiciária gratuita (THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 337).

---

<sup>21</sup> Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

A primeira Constituição brasileira que dispôs acerca da assistência judiciária gratuita foi a de 1934, cuja determinação era de que o Estado criasse órgãos para prestação da assistência, com respectiva isenção de custas, taxas e emolumentos. A Constituição de 1937, contudo, quedou-se omissa quanto referida disposição. A Carta Política de 1946, por sua vez, dispôs que para a prestação de assistência jurídica gratuita, preferencialmente o Estado deveria fazê-lo. Com o advento da Lei n. 1.060/1950, houve o estabelecimento de normas para concessão da assistência judiciária aos necessitados. O patrocínio dos necessitados era prestado pelos advogados como caridade, sob pena de multa sancionada pela OAB. A Constituição Militar de 1967 limitou-se a indicar a assistência, na forma da lei, mas não deu azo à sua implementação (GOMES, 2015, p. 48).

A CRFB/1988 inovou ao criar a instituição da Defensoria Pública, porquanto antes de sua promulgação, os textos constitucionais que a antecederam não trouxeram instituição ou órgão similar, tampouco norma infraconstitucional o fez. A produção normativa continuou com a Emenda Constitucional n. 45/2004 que garantiu a autonomia funcional, bem como administrativa e a iniciativa de proposta orçamentária por parte das Defensorias Públicas Estaduais. A Emenda Constitucional 70/2012 estendeu o disposto nesta última às demais defensorias públicas, quais sejam, a da União e a do Distrito Federal (GOMES, 2015, p. 49).

A última emenda constitucional referente à Defensoria Pública foi a de n. 80/2014, que trouxe como princípios constitucionais da instituição a unidade, independência funcional e indivisibilidade. O princípio da unidade refere-se à organização em um único órgão, bem como à submissão à chefia de uma única autoridade superior, o Defensor Público Geral. O princípio da independência funcional permite a atuação dos membros da instituição conforme consciência individual, uma vez que a hierarquia dentro do órgão é de natureza administrativa. Por fim, o princípio da indivisibilidade possibilita a substituição de seus membros em hipóteses previstas em normas, sem prejuízo do funcionamento e atuação do órgão (GOMES, 2015, p. 100).

Ainda, a Emenda Constitucional de n. 80/2014 estabeleceu a autonomia financeira, e destacou que a Defensoria Pública é “expressão e instrumento do regime democrático”, dando nova redação ao artigo 134 da CRFB/1988. Ainda cingiu as funções essenciais à justiça “Advocacia” e “Defensoria Pública” em diferentes seções (GOMES, 2015, p. 49).

A Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, foi organizada por intermédio da Lei Complementar n. 80/1994, alterada pela Lei Complementar n. 132/2009 e implantada em caráter urgente e provisório com a edição da Lei n. 9.020 de março de 1995 (BRASIL, 2015) e tem por finalidade, a prestação de assistência judiciária integral e gratuita aos hipossuficientes financeiros e atuará nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União. São elencados os objetivos da instituição pela Lei Complementar n. 80/1994:

Art. 3º-A. São objetivos da Defensoria Pública:

- I – a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II – a afirmação do Estado Democrático de Direito;
- III – a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e
- IV – a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Destacam-se entre as funções institucionais da Defensoria Pública:

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

- I – prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;
- [...]
- VIII – exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;
- [...]
- X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

Nestes termos, extrai-se da Lei Complementar n. 80 de 12 de janeiro de 1994, a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública – LONDP, que a Defensoria Pública tem como finalidade, além de assistir os financeiramente hipossuficientes, de zelar pela garantia da dignidade dos grupos e indivíduos considerados vulneráveis, como idosos, consumidores, desabrigados, deficientes, entre outros, a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos quando relacionados a grupos vulneráveis. Ainda, a instituição busca prestar informações aos vulneráveis acerca de seus direitos, bem como meios para efetivá-los (CALDAS, 2017, p. 37).

Portanto, existem três eixos de atuação da Defensoria Pública da União – DPU: prestação de assistência judicial integral e gratuita perante o Poder Judiciário na esfera da competência federal; extrajudicial na resolução de conflitos junto à administração pública federal; e prestação de assistência jurídica de forma preventiva e consultiva (BRASIL, 2015).

A CRFB/1988<sup>22</sup> ainda garante autonomia funcional, administrativa e financeira à Defensoria Pública, característica imprescindível para a efetivação de sua missão institucional, porquanto por vezes defende interesse de assistidos em lides cujo adverso é o Estado ou órgão a ele vinculado, em especial a Defensoria Pública da União. Sobre a autonomia administrativa:

A autonomia administrativa consiste na outorga, às procuraturas constitucionais, da gestão daqueles meios administrativos necessários para garantir-se-lhes a independência para atuar, mesmo contra os interesses de qualquer dos Poderes, notadamente do Poder Executivo, de cuja estrutura administrativa se valer. Trata-se, portanto, de uma condição constitucional para que prevaleçam, na prática, todos os demais princípios, tal como a Carta Política de 1988 veio a reconhecer também como imprescindível, ao expandir a auto-administração do Poder Judiciário (MOREIRA NETO, 1992, p. 94).

A autonomia financeira é observada na instituição de um sistema remuneratório próprio que garante ao órgão a destinação anual de verbas, bem como autonomia na gestão e aplicação dos recursos (CALDAS, 2017, p. 45).

A DPU possui em seus quadros os Defensores Públicos Federais, que se subdividem em primeira categoria, segunda categoria e categoria especial, de acordo com a promoção, sendo esta a ordem de ascensão na carreira; servidores da instituição; servidores cedidos ou requisitados de outros órgãos; e estagiários. Em julho de 2019<sup>23</sup>, a instituição contava com 640 Defensores Públicos Federais, 789 servidores requisitados, 504 servidores concursados e 2386 estagiários, lotados em 77 unidades no país (DPU, 2019, s.p.).

---

<sup>22</sup> Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.  
[...]

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.

<sup>23</sup> Dados extraídos do sítio eletrônico da DPU disponível em <<https://www.dpu.def.br/transparencia/gestao-de-pessoas#faqnoanchor>> Acesso em 11 set. 2019.

Aos membros da DPU são garantidas “a independência funcional no desempenho de suas atribuições; a inamovibilidade; a irredutibilidade de vencimentos; a estabilidade.” nos termos do artigo 88 do LONDP (BRASIL, 1994).

O ingresso na carreira se dá mediante concurso público de provas e títulos para o cargo de defensor público federal de segunda categoria. No momento da inscrição, o candidato deverá possuir inscrição na OAB e no mínimo dois anos de prática forense, nos termos da LONDP<sup>24</sup> (BRASIL, 1994).

Referido diploma legal dispõe em seu artigo 4º, §6º, que “a capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público”. Contudo, tal dispositivo é contrário ao disposto no EOAB no artigo 3º, §1º<sup>25</sup> que exige a inscrição dos Defensores Públicos junto à OAB para postulação em juízo, existindo uma antinomia<sup>26</sup> entre as normas (GOMES, 2015, p. 68).

Analisando as duas regras conflitantes indicadas acima, entende-se pela prevalência do disposto no artigo 4º, §6º da LONDP, uma vez que é mais recente, porquanto o EOAB é de 1994, enquanto o artigo 4º, §6º foi incluído na LONDP pela LC 132/2009; mais específica, uma vez que disciplina a Defensoria Pública da União, e o EOAB a atividade da advocacia em geral, abrangendo a advocacia pública e privada e suas modalidades; e a LONDP é hierarquicamente superior, uma vez que foi instituída por Lei Complementar, e o EOAB por lei ordinária. Ademais, Lei Complementar somente poderá ser modificada por Lei Complementar. Assim, entende-se que o EOAB, ao disciplinar acerca da indispensabilidade de inscrição na OAB para postular em juízo, estendendo tal determinação aos Defensores Públicos,

---

<sup>24</sup> Art. 69. O ingresso na Carreira da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público, de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, no cargo inicial de Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de 2ª Categoria.

[...]

Art. 71. O candidato, no momento da inscrição, deve possuir registro na Ordem dos Advogados do Brasil, ressalvada a situação dos proibidos de obtê-la, e comprovar, no mínimo, dois anos de prática forense.

<sup>25</sup> Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

<sup>26</sup> [...] antinomia é a presença de duas normas conflitantes, válidas e emanadas de autoridade competente, sem que se possa dizer qual delas merecerá aplicação em determinado caso concreto (TARTUCE, 2019, p. 70).

bem como o artigo 3º, §1º quando indica que o EOAB é aplicável inclusive aos Defensores Públicos padece de vício de inconstitucionalidade formal (GOMES, 2015, p.102).

Contudo, considerando que a regra de aplicação dos critérios acima elencados par a solução de conflito entre normas comporta exceção, qual seja, a sua relativização para garantir a aplicação da norma “mais condizente com a indispensável ponderação dos direitos fundamentais” (GOMES, 2015, p. 102), analisando as duas normas em destaque, conclui-se pela aplicação da LONDP, uma vez que eventual preponderância do EOAB viola o princípio constitucional fundamental de acesso à justiça, tendo em vista que dificulta a atuação do defensor público na defesa dos interesses e direitos dos hipossuficientes e vulneráveis.

Destaca-se que apesar de constar na LONDP<sup>27</sup> que os candidatos no concurso para Defensor Público devem ser inscritos nos quadros da OAB, trata-se de mero requisito para aprovação no concurso, e não como condição para exercício do cargo, uma vez que o mesmo dispositivo indica que a postulação em juízo do Defensor Público se dá em razão da ocupação e exercício do cargo. Além disso, dispensa-se a apresentação de procuração outorgada pelo assistido para postulação em juízo (BRASIL, 1994).

A aplicação de algumas disposições do EOAB e Código de Ética e Disciplina da OAB é incompatível com o exercício da função de Defensor Público. Como exemplo, tem-se a disposição constante no Código de Ética e Disciplina de que os advogados podem anunciar seus serviços apenas de forma informativa, de forma discreta (artigos 28 a 34), o que é incompatível com a atuação da defensoria pública, que tem como finalidade a difusão e conscientização de cidadania e dos direitos à esta inerentes (GOMES, 2015, p. 103).

Ainda, há impedimento<sup>28</sup> dos servidores da administração pública de litigarem contra a fazenda pública que os remunere, o que fere diretamente a autonomia conferida pela CRFB/88 à Defensoria Pública, porquanto, em especial a

---

<sup>27</sup> Art. 24. O ingresso na Carreira da Defensoria Pública da União far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público, de âmbito nacional, de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, no cargo inicial de Defensor Público Federal de 2ª Categoria.

<sup>28</sup> Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

[...]

DPU, litiga junto a entidades e órgãos da administração pública federal. A aplicação de tal dispositivo do EOAB inviabilizaria a atividade da DPU.

Ademais, em sendo o caso de punição disciplinar do Defensor Público que agir em desconformidade com a ética e legalidade da atividade, haveria a possibilidade de punição dupla, uma vez submetido ao regime ético-disciplinar da OAB e da Corregedoria da DP (GOMES, 2015, p. 103).

Desta forma, entende-se que apesar de indicação expressa do EOAB de sua aplicação aos Defensores Públicos, sua aplicação deve ser mitigada em pontos que divergem da finalidade da instituição defensiva. Há controvérsia nos tribunais acerca da aplicabilidade ou não do EOAB aos Defensores Públicos.

O STJ, no julgamento do REsp n. 1.710.155<sup>29</sup> deu provimento a recurso interposto contra acórdão do TRF da 5ª Região que havia decidido que a inscrição na OAB é indispensável aos Defensores Públicos para o exercício de sua função. Vejamos a ementa:

ADMINISTRATIVO. CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA. DESNECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO DO ART. 3º, § 1º, DA LEI 8.906/1994. APLICAÇÃO DO ART. 4º, § 6º, DA LEI COMPLEMENTAR 80/1994 (BRASIL, 2018).

No STF, pendente de julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI n. 4636, ajuizada pelo Conselho Federal da OAB que requer a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 6º do artigo 4º da LC 132/2009 (LONDP), sob o argumento de que os Defensores Públicos são essencialmente advogados, sendo indispensável sua inscrição na OAB para exercício da função. A ADI foi proposta em 01/08/2011, distribuída ao Relator Ministro Gilmar Mendes e ainda não possui previsão de julgamento.

Analisadas as peculiaridades da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União, passar-se-á à análise da destinação dos honorários advocatícios sucumbenciais no âmbito das duas instituições.

---

<sup>29</sup> STJ – Resp: 1710155 CE 2017/ 0294168-6, Relator: Ministro Herman Benjamin, Data de Julgamento: 01/03/2018, T2 – Segunda turma, Data de Publicação: DEJ 02/08/2018

## 4 A DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA ADVOCACIA PÚBLICA

Conforme anteriormente delineado, os honorários advocatícios sucumbenciais são aqueles pagos pela parte vencida ao advogado da parte vencedora e servem como remuneração do advogado, possuindo todas as prerrogativas de verba alimentar.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, os advogados públicos passaram a ter direito à referida verba sucumbencial. Tal direito dos advogados públicos poderia ter sido alcançado pela mera interpretação do EOAB, do que consta no artigo 3º, §1º<sup>30</sup>; artigo 22, *caput*<sup>31</sup>; e artigo 23<sup>32</sup>. Contudo, o entendimento jurisprudencial dominante, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, que fixou a tese sob a disposição do artigo 4º da Lei n. 9.527/97, indicava que a regra geral constante no EOAB não se aplicava à Administração Pública direta e indireta:

Art. 4º As disposições constantes do Capítulo V, Título I, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, não se aplicam à Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como às autarquias, às fundações instituídas pelo Poder Público, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

Todavia, o Capítulo V, Título I do EOAB, a que se refere o dispositivo acima transcrito, dispõe acerca do advogado empregado, não fazendo menção expressa aos honorários advocatícios sucumbenciais (CAPUCHO, 2019, p. 448).

Com a edição do Código de Processo Civil de 2015, o direito ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais estende-se aos advogados públicos, e são, portanto, de sua titularidade exclusiva.

---

<sup>30</sup> Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),  
§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

<sup>31</sup> Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

<sup>32</sup> Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.



A seguir, será analisada a destinação dos honorários advocatícios sucumbenciais em prol da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União.

#### 4.1 HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Conforme já tratado anteriormente, a Advocacia Pública, onde está incluída a Advocacia-Geral da União exerce função essencial à justiça e possui como atribuição a representação judicial e extrajudicial da União. Ainda, presta consultoria e assessoramento ao Poder Executivo. O órgão é composto por advogados da União e Procuradores da Fazenda Nacional que são investidos no cargo por meio de aprovação em concurso público (BRASIL, 1993).

Em razão de serem servidores públicos, os membros da AGU são remunerados por meio de subsídio. O regime de subsídios foi introduzido pela Emenda Constitucional n. 19/98, e

é evidente que ele vem, mais uma vez, substituir, **para algumas categorias de agentes públicos**, a palavra *remuneração* ou *vencimento*, para designar a importância paga, em parcela única, pelo Estado a determinadas categorias de agentes públicos, como retribuição pelo serviço prestado. Em consequência, não tem a natureza de ajuda, socorro, auxílio, mas possui caráter retributório e alimentar (DI PIETRO, 2018, p. 767).

Com o advento da Emenda Constitucional n. 19/98, o §4º<sup>33</sup> do artigo 39 da CRFB/1988 passou a ter nova redação. O dispositivo determina que a remuneração dos membros dos Poderes, bem como detentor de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais deverão ser remunerados por meio de subsídio de parcela única, vedando a cumulação com demais verbas remuneratórias (FEIJO JÚNIOR, 2011, p. 9).

---

<sup>33</sup> Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

A Emenda Constitucional 19/98 ainda deu nova redação ao artigo 135<sup>34</sup> da CRFB/1988 ao indicar que o regime de subsídios é aplicável aos integrantes das carreiras elencadas nas Seções II e III do Capítulo IV (das funções essenciais à justiça), quais sejam, a advocacia pública e a advocacia.

Apesar de o regime de subsídios vedar o acréscimo de outras gratificações à parcela única, a aplicação do §3º do artigo 39 da CRFB/1988, que estende aos servidores públicos a aplicação do disposto no artigo 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, da CRFB/1988 – verbas trabalhistas como décimo terceiro salário, adicional noturno, salário família, repouso semanal remunerado, remuneração por hora extra e adicional de férias – não foi revogado pela EC 19/98 (FEIJO JÚNIOR, 2011, p. 10).

Os debates giram em torno do percebimento de honorários advocatícios sucumbenciais pelos advogados públicos, porquanto não é verba remuneratória de origem estatal, mas que procede de recursos particulares, não se sujeitando ao regime de subsídio. Ademais, não houve na CRFB/1988 disposição expressa quanto à vedação de recebimento de honorários sucumbenciais pelo advogado público, como ocorreu com o Ministério Público no artigo 128, §5º, II, ‘a’<sup>35</sup> (SILVA, 2019, p. 489).

A AGU é regida por sua lei orgânica, instituída pela Lei Complementar n. 73/1993, que traça a organização, deveres e direitos dos membros do referido órgão. Quanto à remuneração de seus membros efetivos, o diploma legal determina que deve observar o vencimento e remuneração estabelecidos em lei, em atenção ao princípio da legalidade, conforme disposição expressa do artigo 26<sup>36</sup> da Lei Complementar n. 73/1993 (BRASIL, 1993).

---

<sup>34</sup> Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

<sup>35</sup> § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

[...]

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

<sup>36</sup> Art. 26. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os direitos assegurados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e nesta lei complementar.

Parágrafo único. Os cargos das carreiras da Advocacia-Geral da União têm o vencimento e remuneração estabelecidos em lei própria.

Destaca-se que no texto original da referida lei orgânica havia, no artigo 65, a vedação à percepção de honorários. Todavia, tal dispositivo foi objeto de veto presidencial. Assim, não há óbice ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais pelos membros da AGU (FEIJO JÚNIOR, 2011, p. 13).

Conforme explanado, os advogados públicos submetem-se ao Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil, estendendo-se a eles os deveres e direitos constantes do referido diploma legal. Tal norma trouxe caráter remuneratório à verba sucumbencial, e deixou de ser devida à parte vencedora, passando a ser de titularidade do causídico que a patrocinou.

Contudo, a AGU, por meio do Parecer vinculante n. GQ – 24, de 1994, determinou que os artigos 22 a 25 do EOAB não se aplicam aos membros do órgão, mas somente aos profissionais liberais e advogados empregados. Na referida manifestação ressaltou-se que, apesar de aplicável o EOAB aos advogados públicos, é necessária a observância do regime próprio a que são subordinados os profissionais, nos termos do artigo 3º, §1º<sup>37</sup> do EOAB. O parecer foi erigido sob o fundamento de que se exige lei própria para fixação da remuneração dos membros da AGU (SANTOS, 2013, p. 192).

Uma vez determinado que os advogados públicos, em especial os membros da AGU, possuem óbice ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais, a controvérsia recaiu sobre o destino de tal verba, ante a ausência de legislação que autorizasse o recebimento dos valores pela União.

Em 1997 sobreveio a Lei n. 9.527, de 10 de Dezembro de 1997, que afastou a aplicação das normas constantes no Capítulo V do Título I do EOAB – que dispõe acerca da remuneração pelos honorários advocatícios sucumbenciais dos advogados empregados – à Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações públicas, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista (FEIJO JÚNIOR, 2011, p. 26).

---

<sup>37</sup> Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),  
§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

Em 29 de julho de 2016 houve a publicação da Lei n. 13.327, que dispõe, em síntese, acerca da remuneração de servidores públicos, bem como sobre os honorários advocatícios sucumbenciais em que for parte a União, suas autarquias e fundações.

Antes do advento da referida lei, a verba honorária sucumbencial de demandas em que saía vitoriosa a União, suas autarquias e fundações incorporava o patrimônio da União, conforme disposição do Decreto-Lei 1025 de 21 de outubro de 1969:

Art 1º É declarada extinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida da União, a que se referem os artigos 21 da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, e 1º, inciso II, da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968, passando a taxa, no total de 20% (vinte por cento), paga pelo executado, a ser recolhida aos cofres públicos, como renda da União.

A jurisprudência do STJ inclinava-se no sentido de que os honorários advocatícios de sucumbência quando devidos à Administração pública e suas entidades não eram de titularidade dos advogados. O STF, por sua vez, em manifestação sobre o tema, quando do julgamento do RE n. 407.908/RJ<sup>38</sup>, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, cuja decisão foi publicada em 03/06/2011, entendeu que o recebimento pelos advogados públicos não fere a moralidade administrativa. O CFOAB, na mesma linha, se manifestou (COSTA, 2017, p. 338).

Após, o CPC/2015 passou a prever expressamente que os honorários sucumbenciais são também devidos aos advogados públicos (COSTA, 2017, p. 339).

A edição da Lei n. 13.327/2016 vem como resposta à novidade expressa no CPC/2015 somada à batalha dos advogados públicos pelo direito à percepção da verba. As disposições do diploma aplicam-se ao Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central do Brasil. O artigo 29 da referida lei traz a previsão expressa de que os cargos indicados possuem direito ao recebimento dos honorários sucumbenciais:

---

<sup>38</sup> STF – RE n. 407.908/RJ, Relator: Ministro Marco Aurélio, Data de Julgamento: 13.04.2011, Primeira turma, Data de julgamento 13.04.2011, Data de Publicação 03.06.2011.

Art. 29. Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem originariamente aos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo.

Parágrafo único. Os honorários não integram o subsídio e não servirão como base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária.

Os honorários de sucumbência abrangem a integralidade dos honorários sucumbenciais recebidos nas demandas judiciais pela Fazenda Pública Federal, além de até 75% dos encargos legais somados aos débitos inscritos em dívida ativa da União, autarquias e fundações públicas federais, conforme disposição do artigo 30 da Lei n. 13.327/2016 (BRASIL, 2016).

Possuem direito ao recebimento da verba os advogados públicos ativos e inativos. Considera-se no cálculo do montante que será rateado entre os membros ativos o tempo efetivo de exercício do cargo, e entre os inativos, o tempo de aposentadoria, conforme dispõe o artigo 31<sup>39</sup> do diploma legal, sem haver distinção entre os cargos, carreiras, órgãos ou entidades de lotação (BRASIL, 2016).

Entretanto, não farão parte do rateio dos honorários os pensionistas, os que se encontram em gozo de licença para: tratar de interesses particulares; acompanhar cônjuge ou companheiro; atividade política; exercer mandato eletivo. Também não entram na divisão dos honorários os membros cedidos ou requisitados para entidade ou órgão estranho à administração pública federal direta, autárquica ou fundacional (BRASIL, 2016).

Sobre a verba recebida a título de honorários sucumbenciais não há desconto referente à contribuição previdenciária e o imposto de renda é retido diretamente na fonte (BRASIL, 2016).

Para gerir e efetuar o rateio dos valores, a Lei n. 13.327/2016 criou o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA. Trata-se de órgão vinculado à AGU, composto por um representante de cada carreira da AGU, quais

---

<sup>39</sup> Art. 31. Os valores dos honorários devidos serão calculados segundo o tempo de efetivo exercício no cargo, para os ativos, e pelo tempo de aposentadoria, para os inativos, com efeitos financeiros a contar da publicação desta Lei, obtidos pelo rateio nas seguintes proporções:

I - para os ativos, 50% (cinquenta por cento) de uma cota-parte após o primeiro ano de efetivo exercício, crescente na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes;

II - para os inativos, 100% (cem por cento) de uma cota-parte durante o primeiro ano de aposentadoria, decrescente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo e permanente até a data de cessação da aposentadoria.

sejam, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central do Brasil, não remunerados para o desempenho da função de conselheiro. Em síntese, compete ao CCHA editar resoluções para operacionalizar os valores e sua distribuição entre os advogados, fiscalizar sua correta destinação e pontualidade no repasse, bem como contratar instituição financeira para gerir e distribuir os recursos (BRASIL, 2016).

Em oposição ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais pelos procuradores federais, em 19.12.2018 foi protocolada a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6053 pela Procuradora-Geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge, cujo objeto é o reconhecimento da inconstitucionalidade formal do artigo 85, §19 do CPC/2015 e do artigo 23 do EOAB, bem como a inconstitucionalidade material dos artigos 27 e 29 da Lei n. 13.327/2016, e ainda a inconstitucionalidade por arrastamento<sup>40</sup> dos artigos 30 a 36 da referida lei.

Em síntese, a PGR discorre que o §19 do artigo 85 do CPC/2015 apresenta vício de iniciativa e fere o princípio da especificidade, porquanto disciplina remuneração de servidor público, cuja iniciativa de lei é privativa do Presidente da República, conforme disposição constitucional do artigo 61, §1º, II, a, através de Lei específica, nos termos do artigo 37, X da CRFB/1988.

Ainda, indica que os artigos 27<sup>41</sup> e 29 da Lei 13.327/2016 contrariam os artigos 5º, *caput*<sup>42</sup>; 37, XI<sup>43</sup>; 39, §4º e 8º<sup>44</sup> da CRFB/1988 e os princípios da isonomia, republicano, moralidade, razoabilidade e supremacia do interesse público.

---

<sup>40</sup> Ocorre quando “A dependência ou interdependência normativa entre os dispositivos de uma lei pode justificar a extensão da declaração de inconstitucionalidade a dispositivos constitucionais mesmo nos casos em que estes não estejam incluídos no pedido inicial da ação [...]” (MENDES, 2018, p. 1481)

<sup>41</sup> Art. 27. Este Capítulo dispõe sobre o valor do subsídio, o recebimento de honorários advocatícios de sucumbência e outras questões que envolvem os ocupantes dos cargos:

I - de Advogado da União;

II - de Procurador da Fazenda Nacional;

III - de Procurador Federal;

IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;

V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 .

<sup>42</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

<sup>43</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

Na exordial da ADI 6053, a PGR expõe que, apesar de já reconhecido pelo STF o direito ao recebimento da verba sucumbencial pelos Procuradores Municipais no RE 312026/SP<sup>45</sup>, não houve apreciação pela Corte do objeto à luz do regime de subsídios, bem como em relação ao teto constitucional.

A ADI 6053 foi distribuída ao Ministro Marco Aurélio em 20.12.2018 e não possui data para julgamento. Como *amicus curiae*, foram admitidos o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB e a Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais – ANPPREV. Foram intimados para manifestação a Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM, Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE, Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal, Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais – ANAFE, Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA.

De forma diversa é a destinação dos honorários sucumbenciais na Defensoria Pública da União, que será objeto de estudo em seguida.

## 4.2 HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

---

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

<sup>44</sup> Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

[...]

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

<sup>45</sup> STF – RE n. 312.026/SP, Relator: Ministro Ilmar Galvão, Data de Julgamento: 11.09.2001, acórdão, Primeira turma.

Assim como a Advocacia Pública, a Defensoria Pública da União exerce função essencial à justiça, conforme disposição constitucional expressa no artigo 134. É órgão que defende o interesse dos hipossuficientes financeiramente, e também atua na proteção de grupos de indivíduos considerados vulneráveis, como idosos, mulheres, comunidades quilombolas e etc.

A DPU, ao representar os interesses de assistido em demanda judicial, quando exitosa, seja pela procedência do pedido veiculado na ação, quando representar a parte autora, seja pela improcedência dos pedidos, quando defender a parte demandada, possui direito aos honorários sucumbenciais, porquanto o causídico do assistido é o Defensor Público vinculado ao órgão (BRASIL, 1994).

Contudo, conforme anteriormente elucidado, o Defensor Público, apesar de atuar como advogado na defesa dos interesses do assistido, possui distinção quanto ao advogado público, sendo o cargo dotado de peculiaridades não aplicáveis aos primeiros.

A DPU, bem como os membros a ela vinculados, são regidos pela Lei Orgânica da Defensoria Pública – Lei Complementar n. 80/1994 – que possui disposição acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais nos artigos 4º, 46, 91 e 130:

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

[...]

XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

Art. 46. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública da União é vedado:

[...]

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições;

O artigo 46, III possui correspondentes nos artigos 91, III, e 130, III quando disciplina as proibições dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e dos membros da Defensoria Pública dos Estados (BRASIL, 1994).

Assim, extrai-se da LONDP que a DPU percebe honorários advocatícios sucumbenciais, contudo os valores não são destinados aos Defensores atuantes



nas demandas judiciais, uma vez que remetidos a um Fundo de recursos da Defensoria Pública cuja finalidade é o aparelhamento do órgão e a capacitação de seus membros (BRASIL, 1994).

O Fundo de Aparelhamento e Aperfeiçoamento Profissional dos Defensores Públicos Federais, indicado no artigo 4º, XXI, da LONDP, foi criado pela Resolução n. 41 de 13 de abril de 2010 do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, no exercício da autonomia administrativa e financeira da DPU (BRASIL, 1994).

A normativa dispõe que a administração dos recursos destinados ao Fundo será realizada por um Conselho Gestor, formado pelo Defensor Público Geral Federal, um membro do Conselho Superior da DPU, bem como por três representantes da carreira, sendo um de cada categoria. Os membros do referido conselho serão eleitos por todos os membros da instituição e exercerão mandato de dois anos (BRASIL, 1994).

A receita destinada ao Fundo é originária dos honorários de sucumbência das demandas judiciais em que são patronos os Defensores Públicos Federais, e terá destinação única e exclusiva ao Fundo de Aparelhamento e Aperfeiçoamento Profissional dos Defensores Públicos Federais. Ademais, será recolhida em Banco Oficial, em conta e à ordem da DPU (BRASIL, 1994).

Atualmente, há discussão acerca do entendimento consolidado do STJ expresso na súmula n. 421, de 03 de março de 2010, que dispõe: Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença. A súmula é fundamentada no argumento de que há confusão patrimonial entre a Defensoria Pública e a Fazenda Pública, cabendo, portanto a compensação, concluindo pela dispensa de pagamento dos honorários à instituição defensiva (LIMA, 2019, p. 86).

Consoante dispõe o artigo 381<sup>46</sup> do Código Civil, se um sujeito é, ao mesmo tempo, credor e devedor, extingue-se a obrigação. Conceitua o instituto da confusão DINIZ (2007, p. 350):

Confusão é a aglutinação, em uma única pessoa e relativamente à mesma relação jurídica, das qualidades de credor e devedor, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, operando a extinção do crédito. Em razão

---

<sup>46</sup> Art. 381. Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

do *impedimentum prestandi*, ou seja, da impossibilidade do exercício simultâneo da prestação e da ação creditória, ter-se-á a extinção da obrigação.”

Portanto, a aplicação do entendimento sumulado do STJ obstará o recebimento de honorários advocatícios sucumbenciais pela Defensoria Pública da União, porquanto esta litiga contra pessoa jurídica de direito público da esfera federal na maioria das demandas judiciais em que assiste o hipossuficiente, oferecendo-lhe a assistência judiciária integral e gratuita.

Todavia, merece reflexão tal entendimento, tendo em vista que a DPU exerce função essencial à justiça, sendo-lhe garantida a autonomia financeira institucional, a fim de preservar e garantir direitos fundamentais esculpidos no artigo 5º da CRFB/1988.

Assim, a DPU não pode ser considerada órgão vinculado ao Poder Executivo Federal, uma vez que é órgão autônomo, atuando ao lado dos três poderes, conjuntamente com o Ministério Público, como função institucional de natureza constitucional (LIMA, 2019, p. 95).

Com o novo posicionamento constitucional da Defensoria Pública, o Ministro Mauro Campbell Marques, no Agravo em Recurso Especial n. 1.215.290/AM,<sup>47</sup> trouxe argumento conveniente à revisão do entendimento sumulado (BARBOSA; MAIA, 2019, p. 419).

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento distinto daquele externado na Súmula n. 421 do STJ. Extrai-se do voto do Relator Ministro Gilmar Mendes no julgamento do Agravo Regimental na Ação Rescisória de n. 1.937/DF<sup>48</sup>, de junho de 2017, em acórdão eletrônico DJe-175, publicado em 09 de agosto de 2017, que os honorários advocatícios sucumbenciais são devidos à DPU ainda que a parte vencida seja integrante da Fazenda Pública, conforme se extrai de trecho do voto do Ministro Relator Gilmar Mendes:

Percebe-se, portanto, que, após as Emendas Constitucionais 45/2004, 74/2013 e 80/2014, houve mudança da legislação correlata à Defensoria Pública da União, permitindo a condenação da União em honorários advocatícios em demandas patrocinadas por aquela

---

<sup>47</sup> STJ – Agravo em Recurso Especial n. 1.215.290. Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Decisão monocrática. Data do julgamento 01.02.2018. DJ 06.02.2018.

<sup>48</sup> STF – Agravo Regimental na Ação Rescisória n. 1.937/DF. Relator Ministro Gilmar Mendes, Plenário, acórdão. Data do julgamento 30.06.2017. DJ 09.08.2017.

instituição de âmbito federal, diante de sua autonomia funcional, administrativa e orçamentária [...] (BRASIL, 2017).

Segundo Lima (2019, p. 101), as cortes superiores possuem entendimento diverso em relação ao tema, sendo que o STF, atualmente, entende pelo não reconhecimento da confusão entre a DPU e a Fazenda Pública contra a qual litigue, em razão do reconhecimento da instituição como autônoma em relação à União e ao Poder Executivo Federal.

#### 4.3 ANÁLISE DAS DIFERENTES DESTINAÇÕES DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

A Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União são órgãos públicos federais, mantidos pela União e possuem diferentes funções na efetivação da justiça.

A Advocacia-Geral da União possui em seu quadro de membros os advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional e os Procuradores Federais. Os cargos são privativos de advogados inscritos regularmente nos quadros da OAB, que exercem o cargo de advogado público, defendendo os interesses da União e órgãos da administração federal, no caso dos advogados da União, e da Fazenda Nacional, no outro caso (BRASIL, 1993).

A Defensoria Pública da União, por sua vez, possui em seu quadro pessoal os Defensores Públicos, e defende os interesses dos assistidos hipossuficientes financeiros e de grupos de indivíduos considerados vulneráveis, como consumidores, deficientes, mulheres, idosos, entre outros. Os membros do órgão são os Defensores Públicos Federais que atuam judicial e extrajudicialmente no interesse dos assistidos, desempenhando a atividade da advocacia (BRASIL, 1994).

Assim, ambos os servidores públicos desenvolvem a atividade da advocacia. Todavia, os Defensores Públicos Federais, apesar de disposição expressa do diploma, não se submetem ao EOAB, porquanto tal vinculação inviabilizaria a atividade dos servidores, conforme anteriormente exposto.

Os integrantes da AGU e DPU são servidores públicos providos mediante aprovação em concurso público de provas e títulos e são inscritos na OAB. Contudo, apesar de desempenharem funções semelhantes, de forma geral (o

exercício da advocacia pública), não possuem, na integralidade, os direitos e deveres inerentes à advocacia. Isto porque são cargos que necessitam de diferenciado tratamento ante aos advogados particulares, a fim de garantir a aplicação do princípio da isonomia aos seus representados.

Um dos direitos garantidos pelo EOAB e ratificado pelo CPC/2015 é o recebimento de honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, tais valores não são recebidos diretamente pelos procuradores federais nas causas em que atuam, pois recebem a verba sucumbencial conforme rateio realizado com base nas disposições da Lei n. 13.327/2016.

O recebimento da verba pelos procuradores federais vinculados à AGU justifica-se pelo exercício da profissão da advocacia por tais servidores, sendo direito assegurado a estes pelo EOAB. Apesar de debates acerca da ofensa ao regime de subsídios, entende-se que os valores referentes aos honorários sucumbenciais não integram o subsídio dos servidores, mas são de recebimento eventual e aleatório. Ademais, não há enquadramento dos valores recebidos a título de sucumbência como receita pública orçamentária. Inclusive, são pagos por meio de fundo próprio, e não pelo orçamento público quando do pagamento dos proventos aos procuradores (SANTOS, 2013, p. 193).

Quanto aos Defensores Públicos Federais, não há previsão legal de recebimento de honorários sucumbenciais pelos Defensores nas causas em que atuarem. Pelo contrário: há vedação expressa ao recebimento de honorários na LONDP<sup>49</sup>. Os honorários advocatícios sucumbenciais das demandas em que o adverso da parte assistida pelo Defensor Público Federal sucumbir são destinados ao Fundo de Aparentamento e Aperfeiçoamento Profissional dos Defensores Públicos Federais.

Assim, verifica-se que é distinta a destinação dos valores recebidos pelas instituições a título de sucumbência. No entanto, ao analisar as funções desempenhadas pelos membros dos dois órgãos, percebe-se que os procuradores federais são, de fato, advogados, considerados no âmbito público, que em tese,

---

<sup>49</sup> Art. 46. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública da União é vedado:

[...]

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições;

[...]

fariam jus ao recebimento da verba sucumbencial, uma vez que se submetem ao EOAB, apesar de serem servidores públicos, aplicando-se regime diferenciado.

Não obstante, a atividade exercida pelos Defensores Públicos é diferenciada da atividade dos advogados públicos, porquanto apesar de defenderem os interesses de seus assistidos, como se seus advogados fossem, a missão institucional da Defensoria Pública é diferenciada. Isto porque as prerrogativas e deveres institucionais têm por finalidade garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita a indivíduos e grupos hipossuficientes, tendo a DPU importante destaque na busca pela efetivação dos direitos humanos.

Cumprir destacar que a CRFB/1988 busca garantir o princípio da isonomia de tratamento entre os servidores públicos. Neste sentido:

Inicialmente, o texto constitucional busca garantir a isonomia entre os servidores públicos, definindo que a fixação de remunerações e vencimentos não será feita aleatoriamente, devendo ter como parâmetro a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos. Dessa forma, em obediência à impessoalidade e igualdade, presentes na atuação administrativa, as diferenças de vencimentos para servidores públicos serão embasadas por critérios objetivos, não sendo possível a discriminação de determinada carreira em benefício de outras (CARVALHO, 2017, p. 854).

Outrossim, o princípio da isonomia tem por base o tratamento diferenciado para que os que se encontram em situação dissemelhante, a fim de que, estando assim em mesmas condições, possuam a capacidade de exercer seus direitos (ALVAREZ, 2019, p. 423).

Contudo, verifica-se que os servidores públicos integrantes da AGU e DPU, apesar de desempenharem funções similares, possuem distinto tratamento no que tange ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais, visualizando-se ofensa ao princípio da isonomia entre os dois cargos públicos. Isto porque, apesar de a DPU exercer atividade diferenciada da atividade da AGU, seus membros atuam postulando ou defendendo em juízo seus assistidos, como se advogados fossem. Assim, não obstante as díspares funções institucionais, não se justifica o diferente tratamento dispensado às instituições e seus membros, conforme demonstrado ao longo deste trabalho.

## **5 METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho foi utilizado o método dedutivo, com pesquisa do tipo teórica e qualitativa, empregando-se técnicas de pesquisa bibliográfica, jurisprudencial, legal, consulta a livros, teses, dissertações e artigos.

## 6 CONCLUSÃO

A atividade exercida pelo advogado, sujeito indispensável à administração e efetivação da justiça, é remunerada por meio de honorários advocatícios. Referidas verbas são de titularidade dos advogados e possuem natureza alimentar. Subdividem-se em honorários contratuais, honorários arbitrados e honorários sucumbenciais.

Os honorários sucumbenciais são devidos aos patronos da parte vencedora no processo, seja pela procedência dos pedidos, no caso do autor, seja pela improcedência, no caso do réu. Também existe a sucumbência recíproca, quando houver julgamento pela parcial procedência dos pedidos formulados pela parte demandante.

Há controvérsia em relação ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais pela advocacia pública e pela defensoria pública. O presente trabalho limitou-se a estudar o destino da referida verba nos dois órgãos de âmbito federal: a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União.

A Advocacia-Geral da União é órgão representa a União – abrangidas suas autarquias e fundações públicas – judicial e extrajudicialmente. Compete-lhe a prestação de atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo. Integram a AGU os procuradores federais, que são chamados advogados da União.

A Defensoria Pública da União é órgão de prestação de serviços de assistência judiciária integral e gratuita às pessoas consideradas hipossuficientes financeiras, bem como aos grupos de indivíduos de vulnerabilidade. O órgão é composto por Defensores Públicos Federais, que atuam na prestação de assistência de seus assistidos, seja em âmbito administrativo ou judicial.

Ambos os órgãos são compostos por profissionais inscritos junto à Ordem dos Advogados do Brasil, que postulam, em favor de seu representados, direitos a eles aplicáveis, seja judicial ou extrajudicialmente. Portanto, exercem atividade advocatícia, com peculiaridades inerentes aos órgãos que integram.

A controvérsia recai sobre o recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais pelos integrantes dos órgãos, uma vez que ambos podem ser considerados advogados, possuindo direito ao recebimento de tal verba, conforme garante o EOAB, ratificado pelo CPC/2015, que em seu artigo 85, §19 possibilitou o

recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais pelos advogados públicos, nos termos da lei.

A partir da edição da Lei n. 13.327, de 29 de julho de 2016, houve a criação de fundo gerido pela AGU que tem como objetivo a arrecadação e distribuição aos procuradores federais da verba honorária sucumbencial. Por sua vez, a DPU destina os honorários sucumbenciais ao Fundo de aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores, conforme determina a LONDP. Desta forma, os Defensores Públicos não recebem tal verba de forma direta.

Justifica-se o recebimento da referida verba pelos advogados públicos, porque de fato exercem a atividade de advocacia. Ademais, a verba não se confunde com o regime de subsídios, uma vez que é paga pelo sucumbente, e não pelos cofres públicos. Não obstante, os Defensores Públicos também exercem a advocacia, contudo os honorários advocatícios sucumbenciais são destinados ao Fundo de aparelhamento da Defensoria Pública e capacitação profissional de seus membros e servidores, havendo expressa vedação ao recebimento da verba pelos Defensores Públicos.

Assim, conclui-se pela análise das condições específicas dos dois órgãos, suas finalidades e razões de criação, que apesar de os órgãos possuírem diferentes finalidades institucionais, seus membros exercem atividades similares. Por tal razão, verifica-se a ofensa ao princípio da isonomia, uma vez que os servidores públicos exercem funções semelhantes, quais sejam, a postulação em juízo e assessoramento jurídico aos seus patrocinados, tendo direito ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais, conforme garantido pelo EOAB.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneá de Stutz. **Institucional. História da Instituição**. Disponível em: <<https://www.iabnacional.org.br/institucional/historia-da-instituicao>>. Acesso em 15 set. 2019.

ALVAREZ, Anselmo Prieto. Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública e o novo CPC. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 421-432.

AMARAL, Luiz Otavio de Oliveira. A trajetória dos advogados do Brasil. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9/2002, p. 67-94.

ARAÚJO, Fabiana Azevedo. A remuneração do advogado: investigações acerca da natureza jurídica dos honorários de sucumbência. **Revista Virtual da AGU online**, 2008, ano VIII, n. 79. Disponível em: <[https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/79752](https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/79752)>. Acesso em 28 mar. 2019.

BARBOSA, Rafael Vinheiro. MAIA, Maurilio Casas. Breves comentários sobre honorários para a defensoria pública. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. OLIVEIRA, Pedro Miranda. (Coord.). **Panorama atual do novo CPC: volume 3**. 1 ed. São Paulo: empório do direito.com: Tirant lo Blanch, 2019. p. 415-426.

BARROSO, Monica. **O defensor público e o exercício da advocacia privada**. Disponível em: <[https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/20979/M\\_nica\\_Barroso.pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/20979/M_nica_Barroso.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2019.

BESSA, Leandro Sousa. A Defensoria Pública como instituição vocacionada aos meios democráticos de solução de conflitos. **Revista Nomos**, Fortaleza, v. 27, p. 227 a 245, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/download/20427/30875/>>. Acesso em 10 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 24 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 19.408 de 18 de novembro de 1930**. Reorganiza a Corte de Apelação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19408.htm)>. Acesso em 08 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.737, de 2 de setembro de 1874**. Altera o regimento das custas judiciais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824->

1899/decreto-5737-2-setembro-1874-550668-publicacaooriginal-66703-pe.html>. Acesso em 09 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 1.025, de 21 de outubro de 1969.** Declara extinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida Ativa da União e dá outras providências.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del1025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1025.htm)>. Acesso em 02 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 132, de 7 de outubro de 2009.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp132.htm)>. Acesso em 17 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 80 de 12 de janeiro de 1994.** Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp80.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm)>. Acesso em 24 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993.** Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm)>. Acesso em 16 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.020, de 30 de março de 1995.** Dispõe sobre a implantação, em caráter emergencial e provisório, da Defensoria Pública da União e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9020.htm)>. Acesso em 17 de set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em 24 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.327, de 29 de julho de 2016.** Dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13327.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13327.htm)>. Acesso em 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.906, de 4 de Junho de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8906.htm)>. Acesso em 18 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em 16 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973.** Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5869impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869impressao.htm)>. Acesso em 18 ago 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.527, de 10 de dezembro de 1997.** Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9527.htm)>. Acesso em 12 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963.** Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4215.htm)>. Acesso em 08 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 1.060, de 5 de fevereiro de 1950.** Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L1060.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1060.htm)>. Acesso em 16 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 132, de 7 de outubro de 2009.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp132.htm)>. Acesso em 17 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Defensoria Pública da União. **Assistência jurídica integral e gratuita no Brasil:** um panorama da atuação da Defensoria Pública da União. 2. ed. Brasília: DPU, 2015.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental na Ação Rescisória n. 1.937/DF. Relator Ministro Gilmar Mendes. 30/06/2017, acórdão. DJe 09/08/2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13320463>>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. Recurso Extraordinário n. 312.026/SP. Relator Ministro Ilmar Galvão. 11/09/2001, acórdão. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=260652>>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. Recurso Extraordinário n. 407.908/RJ. Relator Ministro Marco Aurélio. 13/04/2011, acórdão. DJ 03/06/2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=623731>>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1194/DF. Relator Ministro Mauricio Corrêa. 20/05/2009, acórdão. DJ 11/09/2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=602352>>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. Recurso Especial n. 470.407/DF. Relator Ministro Marco Aurélio. 09/05/2006, acórdão. DJ 13/10/2006. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=368534>>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 47. Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=2504>>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial n. 1.215.290/AM. Relator Ministro Mauro Campbell Marques. 01/02/2018, decisão monocrática. DJe 06/02/2018. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=79845758&num\\_registro=201703078380&data=20180206](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=79845758&num_registro=201703078380&data=20180206)>. Acesso em 03 nov 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 421. Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2014\\_40\\_capSumula421.pdf](https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2014_40_capSumula421.pdf)>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Segunda Turma. Recurso Especial n. 1710155/CE. Relator Ministro Herman Benjamin. 01/03/2019, acórdão. DJe 02/08/2018. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1681434&num\\_registro=201702941686&data=20180802&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1681434&num_registro=201702941686&data=20180802&formato=PDF)>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Turma. Recurso Especial n. 1.155.200/DF. Relator Ministro Massami Uyeda. 22/02/2011, acórdão. DJ 02/03/2011. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1028609&num\\_registro=200901693414&data=20110302&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1028609&num_registro=200901693414&data=20110302&formato=PDF)>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 306. Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011\\_24\\_capSumula306.pdf](https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_24_capSumula306.pdf)>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 144. Os créditos de natureza alimentícia gozam de preferência, desvinculados os precatórios da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010\\_10\\_capSumula144.pdf](https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_10_capSumula144.pdf)>. Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. Embargos de Divergência em Recurso Especial n. 706.331/PR. Relator Ministro Humberto Gomes de Barros. 20/02/2008, acórdão. DJ 31/03/2008. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=771584&num\\_registro=200700833612&data=20080418&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=771584&num_registro=200700833612&data=20080418&formato=PDF)>. Acesso em 03 nov. 2019.

BUENO, Cássio Scarpinella. **A natureza alimentar dos honorários advocatícios sucumbenciais**. Disponível em: <<http://www.scarpinellabueno.com/images/textos-pdf/003.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2019.

CAHALI, Yussef Said. **Honorários Advocatícios**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, 814 p.

CALDAS, Mariana Urano de Carvalho. **Defensoria Pública e autonomia integral: desafios e perspectivas no atual cenário político-jurídico brasileiro**. 2017. 81 f. Dissertação (Programa de pós-graduação em Direito) – Faculdade De Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28854/1/2017\\_dis\\_muccaldas.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28854/1/2017_dis_muccaldas.pdf)>. Acesso em 18 abr. 2019.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Honorários de sucumbência recursal. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 711-717.

CAPUCHO, Fábio Jun. Honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 449-462.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 4. ed. rev. e atual. e amp. Salvador: JusPODIVM, 2017, 1216 p.

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo** – 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. 398 p.

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Os 20 anos do Estatuto da Advocacia, a profissão da liberdade**. 02 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jul-02/marcus-vinicius-20-anos-estatuto-profissao-liberdade>>. Acesso em 28 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Marcus Vinicius Furtado. A normatização dos honorários advocatícios, a sua natureza alimentar e o recebimento de honorários em nome da pessoa jurídica. In: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; LAMACHIA, Claudio Pacheco Prates; SOUZA NETO, Claudio Pereira de; RIBEIRO, Cláudio Stábile; FERREIRA, Antonio Oneildo. **As conquistas da advocacia no novo CPC**. Brasília, DF: Conselho Federal da OAB, 2015, p. 15-26. p. 109-131.

COSTA, Sandro José de Oliveira. Considerações iniciais a respeito da Lei 13.327 de 29 de julho de 2016. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos**, Campos dos Goytacazes: FDC, v. 2, n.1/2017, p. 333-352. Disponível em: <[http://revistafdc.uniflu.edu.br/revista\\_fdc\\_2017.pdf#page=333](http://revistafdc.uniflu.edu.br/revista_fdc_2017.pdf#page=333)>. Acesso em 04 de out. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018. 1180 p.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 22. ed. rev. e atual, de acordo com a Reforma do CPC — São Paulo: Saraiva, 2007.

DPU. **Acesso à informação. Gestão de pessoas**. 2019. Disponível em: <<https://www.dpu.def.br/transparencia/gestao-de-pessoas#faqnoanchor>>. Acesso em 11 set. 2019.

FEIJÓ JR. Paulo. **Direito dos membros da Advocacia-Geral da União aos honorários de sucumbência**. Debates em Direito Público: Revista de Direito dos Advogados da União, Brasília, v. 10, n. 10, out. 2011. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/56050>>. Acesso em 24 mar. 2019.

GOMES, Iuri de Castro. **Regime jurídico da Defensoria Pública: conflito com a Ordem dos Advogados do Brasil e repercussão sobre o acesso à justiça**. 2015. 111 f. Dissertação (Programa de pós-graduação em Direito) – Faculdade De Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17448/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Acesso%20%c3%a0%20Justi%c3%a7a%20Vers%c3%a3o%20Final%202.pdf>>. Acesso em 09 set. 2019.

GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Notas iniciais sobre a disciplina dos honorários advocatícios no novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 407-418.

GUINDANI, Iolanda. **Defesa Judicial da União e demais entes federados. Advocacia Pública Federal. Autonomia. Reaparelhamento. Honorários**. 2014. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/handle/123456789/401>>. Acesso em 02 nov. 2019.

LAMACHIA, Claudio Pacheco Prates; NETO, Claudio Pereira de Souza; RIBEIRO, Cláudio Stábile; FERREIRA, Antonio Oneildo. **As conquistas da advocacia no novo CPC**. Brasília, DF: Conselho Federal da OAB, 2015. p. 45-61.

LIMA, Marcus Vinicius Rodrigues. Overruling e a superação do entendimento da confusão patrimonial na fixação dos honorários da defensoria pública. **Revista Científica da Faculdade de Direito da Universidade Metropolitana de Santos**, v.

2, n. 1, julho/2019, p. 83-106. Disponível em:

<<http://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/direito/article/view/1007/813>>. Acesso em 07 out. 2019.

LÔBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 308 p.

MARCO, Cristhian Magnus de. Evolução histórica da advocacia em perspectiva comparada: Brasil e Inglaterra. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 10, n. 2, p. 243-274, jul./dez. 2009. Disponível em:

<<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1930>>. Acesso em 20 abr. 2019.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Honorários da sucumbência e honorários contratuais: a compatibilização necessária. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 317-329.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. 968 p.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 14. São Paulo: Saraiva 2018. Recurso online (IDP). ISBN 9788553610945.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As funções essenciais à justiça e as procuraturas constitucionais. **Revista Informação Legislativa, Brasília, a. 29, n. 116, p. 79-102, out./dez. 1992**. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/175998>>. Acesso em 20 ago. 2019.

NUNES, Dierle; DUTRA, Victor Barbosa; OLIVEIRA JÚNIOR, Délio Mota. Honorários no recurso de apelação e questões correlatas. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 753-779.

OAB, Conselho Federal. **Resolução n. 2, de 19-10-2015**. Institui o Código de Ética e Disciplina da OAB. Disponível em:

<<https://www.oab.org.br/publicacoes/AbrirPDF?LivroId=0000004085>>. Acesso em 07 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Antecedentes**. Disponível em:

<<https://www.oab.org.br/historiaoab/antecedentes.htm#iab>>. Acesso em 15 set. 2019.

PEREIRA FILHO, Benedito Cerezzo. Os honorários advocatícios no Novo Código de Processo Civil e a valorização do advogado enquanto profissional indispensável à administração da justiça (art. 133, CF). In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.).

**Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 109-131.

SANTOS, Murillo Giordan. A compatibilidade do subsídio com a verba honorária de sucumbência. p. 179-195 **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 199, p. 179-195, jul./set. 2013., 07/2013 Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 07/2013. Disponível em:  
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/502924> >. Acesso em 02 nov. 2019.

SANTOS FILHO, Orlando Venâncio dos. **O ônus do pagamento dos honorários advocatícios e o princípio da causalidade**. Revista de Informação Legislativa, Brasília. Ano 35, n. 137. Jan./mar. 1998. Disponível em:  
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/330/r137-04.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em 13 ago. 2019.

SILVA, Marcello Terto e. Honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública é parte In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 463-501.

SILVA, Rinaldo Mouzalas de Souza e; PAULO, Marcello Trindade. A fixação de honorários advocatícios de sucumbência em sentenças declaratórias. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Honorários Advocatícios**, Coleção Grandes Temas do Novo CPC. 3 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 349-365.

TARTUCE. Flávio. **Direito Civil**: lei de Introdução e parte geral - 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 891 p.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. I. 60. Ed. ver, atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019, 1291 p.

VALENTE, Maria Jovita Wolney. **Histórico e evolução da Advocacia-Geral da União**. 2013. Disponível em:  
<[https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/200644](https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/200644)>. Acesso em 27 ago. 2019.